



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Soraia de Mello Guimarães

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DA
MARCHA DAS MARGARIDAS PARA MULHERES DO MUNICÍPIO DE
PORTEIRINHA-MG

Belo Horizonte

2016

Soraia de Mello Guimarães

**DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DA
MARCHA DAS MARGARIDAS PARA MULHERES DO MUNICÍPIO DE
PORTEIRINHA-MG**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Processos Formativos em Educação Tecnológica

Orientadora: Profa. Dr.^a. Raquel Quirino Gonçalves

Belo Horizonte

2016

Guimarães, Soraia de Mello
G963d Divisão sexual do trabalho no meio rural e as contribuições da
Marcha das margaridas para mulheres do município de Porteirinha-
MG / Soraia de Mello Guimarães – 2016.
92 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação Tecnológica.

Orientadora: Raquel Quirino Gonçalves.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica
de Minas Gerais.

1. Trabalhadores rurais – Porteirinha (MG) – Teses. 2. Divisão
sexual do trabalho – Porteirinha (MG). 3. Marcha humana –
Porteirinha (MG) – Teses. 4. Movimentos sociais – Teses. 5. Previsão
social – Teses. I. Gonçalves, Raquel Quirino. II. Centro Federal de
Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 370.19309815



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº. 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Soraia de Mello Guimarães

A divisão sexual do trabalho no meio rural e as contribuições da Marcha das
Margaridas para as mulheres do município de Porteirinha-MG

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 20 de dezembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof.ª Dr.ª Raquel Quirino Gonçalves - Orientadora
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.ª Dr.ª Vânia Aparecida Costa
Universidade Federal do Rio grande do Norte - UFRN

Prof.ª Dr.ª Marilza de Oliveira Santos
Universidade do Estado de Minas Gerais

Aos meus filhos queridos, Humberto e Igor,
bênçãos de Deus em minha vida.

À minha mãe, Maria da Conceição,
pela compreensão e confiança que nunca faltaram.

Aos meus irmãos, sobrinhos, pela eterna amizade.

À minha orientadora, Raquel Quirino,
exemplo de garra e dedicação.

Às mulheres produtoras rurais,
em especial, à sindicalista Maria de Lourdes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela alegria de acordar todos os dias com esperança e aprender mais e mais. No período de estudo no Mestrado, muitas vezes eu me senti sozinha. Mas sozinha, realmente, nunca estive. As pessoas que são importantes na minha vida estiveram comigo em cada página escrita desta dissertação.

Agradeço aos meus filhos, o amor e apoio de todas as formas para que eu pudesse investir neste projeto. Sinto muito por ter sido tantas vezes ausente, enquanto me dedicava aos meus estudos.

Agradeço à minha família pela sua paciência, seu amor e seu carinho, que enchem meu coração de alegria.

Agradeço muito à minha querida orientadora, Raquel Quirino, por me ensinar a trilhar o caminho de investigação científica, do aprendizado e enriquecimento pessoal. Nesse período difícil ela esteve sempre me incentivando e foi um exemplo de conhecimento, de luta, esforço, garra, alegria e disciplina.

Um obrigado sincero às Professoras Vânia e Marilza, que com muita sabedoria e propriedade abrilhantaram o meu projeto de pesquisa com suas contribuições, permitindo-me ampliar e aprofundar meus conhecimentos. Obrigado também aos professores do Mestrado: José Geraldo, Irlen pelo apoio e pelo enriquecimento propiciado ao meu aprendizado.

Agradeço, ainda, aos colegas do Mestrado, especialmente Sabrina Lopes e Rodrigo Mesquita, com quem tive o prazer de partilhar mais de perto essa experiência. Obrigado também aos colegas do nosso Grupo de Pesquisa FORQUAP.

Ao Programa de Pós-Graduação de Educação Tecnológica (PPGET) do CEFET-MG agradeço pela bolsa de pesquisa, e ao Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação (DPPG) da mesma instituição agradeço por financiarem a coleta de dados em Porteirinha e as apresentações em eventos externos.

Agradeço às produtoras rurais, que com seus relatos e experiências de vida me deram condições de alcançar os objetivos propostos, principalmente à Senhora Maria de Lourdes, presidente do sindicato, pela recepção e apoio durante minha pesquisa de observação participante. Sem dúvida, sem este apoio o trabalho não se realizaria.

Por fim, mas não menos importante, agradeço às minhas amigas e amigos, próximos ou distantes, por me ajudarem nos momentos de dúvidas e pelo companheirismo e solidariedade. Sem vocês eu não seria quem sou!

RELAÇÃO DE SIGLAS

AIMFR	Associação dos Movimentos Familiares de Formação Rural
ASSEMA	Assentamento dos Estado do Maranhão
ATER	Plano Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CBAR	Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais
CEAA	Campanha de educação de Adultos e \adolescentes
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFFA	Centro Educativos Familiares na Formação de Alternância
CEMTR	Comissão Estadual dos Trabalhadores Rurais
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNMTR	Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos trabalhadores na agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escolas Famílias Agrícolas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária
FaE/UEMG	Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais
FETAES	Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIC	Formação Inicial e continuada
Ifs	Institutos Federais
INCRA	Instituto Nacional de Colonização dos Trabalhadores na Agricultura
MASTER	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra do Rio Grande do Sul
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Sem Terra

MSTTR	Movimento Sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais
NEPEJA	Núcleo de extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos
PAE	Projetos de Assentamentos Extrativistas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PJ	Projeto Jaíba
PLANAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PTB	Partido dos Trabalhadores Brasileiros
REDEX	Reserva Extrativista
SENAC	Serviço Nacional Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional Aprendizagem do transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação
TC	Tempo comunidade
TE	Tempo escola
UNEFAB	União Nacional de Escolas Famílias Agrícolas Brasileiras
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a infância

RESUMO

A presente pesquisa, de base qualitativa, discute e problematiza as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural, realizada no município de Porteirinha ao norte do Estado de Minas Gerais, tem como pano de fundo o movimento social de base feminista “Marcha das Margaridas”. As questões norteadoras da pesquisa, desveladas ao longo da dissertação, apresentam informações sobre a origem e história da Marcha, sobre as conquistas das mulheres a partir de sua realização; as contribuições para a formação profissional feminina no meio rural e, sobretudo, as alterações evidenciadas na visão de mundo e na prática social das mulheres participantes do movimento. Os procedimentos metodológicos constaram de levantamento teórico-documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Utilizou-se a Análise Crítica do Discurso para análise dos relatos, à luz das teorias da Sociologia do Trabalho Francesa, fortemente influenciadas por pressupostos de base marxista. Os achados sugerem que, não obstante ainda prevalecerem situações de desigualdades, invisibilidade e de “trabalho múltiplo” das mulheres no meio rural. Os movimentos sociais que lutam pela igualdade de gêneros, tais como a Marcha das Margaridas, têm logrado significativas mudanças, não só nas visões de mundo e nas práticas sociais das mulheres participantes, mas também em toda sociedade.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho, Relações de Gênero, Movimento social rural; Marcha das Margaridas, prática social, visão de mundo.

ABSTRACT

This qualitative based research discusses and problematizes gender relations and the sexual division of labor in rural areas, specifically, in the county of Porteirinha, located in the north of the State of Minas Gerais, having as backdrop the feminist-based social movement "*Marcha das Margaridas*". The research guiding questions unveiled throughout the dissertation, present information about the action, such as: how it originated and its story; the women achievements throughout its development; the contributions to women professional training in rural areas and, above all, the evidenced changes in the worldview and social practice of the participating women in the action. The methodological procedures included a theoretical-documentary survey, participant observation and semi-structured interviews. Critical Discourse Analysis was used for analyzing the reports, in the light of French Labor Sociology theories, strongly influenced by Marxist base assumptions. The findings suggest that, despite the situations of inequality, invisibility and "multiple work" of women in rural areas still prevail, social movements that fight for gender equality, such as "*Marcha das Margaridas*", have made significant changes, not only in the worldview and in the social practices of the participating women, as in the whole society as well.

Keywords: Sexual division of labor, Gender relations, Rural social action; *Marcha das Margaridas*; social practice, worldview.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problemática da pesquisa.....	12
2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 A Divisão Sexual do Trabalho	22
3.2 A agricultura familiar e a divisão sexual do trabalho no campo.....	24
3.3 A educação no meio rural: breve histórico	27
3.4 Desafios para uma Educação Tecnológica no meio rural	33
3.5 As Escolas de Famílias Agrícolas – EFAs	36
3.6 O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR	38
3.7 A prática pedagógica nos assentamentos do MST.....	39
3.8 O Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego (PRONATEC) no meio rural.....	41
3.9 Os Movimentos Sociais Rurais e a Marcha das Margaridas	42
3.9.1 As trabalhadoras rurais e os movimentos sociais	46
3.9.2 A Marcha das Margaridas	48
3.9.2.1 As conquistas da Marcha das Margaridas.....	51
3.10 A Marcha das Margaridas no Norte de Minas Gerais: lócus da pesquisa empírica.....	53
4 A MARCHA DAS MARGARIDAS DO ANO DE 2015	56
4.1 Relato da observação participante	56
5 AS MULHERES ENTREVISTADAS E ANÁLISE DOS DISCURSOS	61
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE 1 – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	

ESCLARECIDO.....80

**APÊNDICE 2- TEMAS ABORDADOS DURANTE A PESQUISA DE
OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....81**

**APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO NO BANCO DE TESES E
DISSERTAÇÕES DA CAPES E PERIÓDICOS DO SCIELO.....83**

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é composta por cinco capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais.

Na Introdução a problemática da pesquisa é exposta com a apresentação do problema situado em seu contexto sócio-histórico-cultural, a justificativa e relevância do tema, as questões norteadoras da pesquisa e a aproximação e o interesse da mestranda com o objeto pesquisado.

O Segundo Capítulo traz a Metodologia e os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa.

As teorias de base, os dados e informações necessárias para uma aproximação dos temas em escrutínio e o campo da pesquisa empírica são apresentados no Capítulo Terceiro. As teorias estudadas abordam a divisão sexual do trabalho - sobretudo a divisão sexual do trabalho no meio rural -, a educação propedêutica e profissional no campo, discute os movimentos sociais rurais e ressalta a história, dados e informações acerca da Marcha das Margaridas, *lócus* da pesquisa empírica empreendida. Destarte, no intuito de melhor compreender cada tema abordado, situar a pesquisa em um contexto mais amplo e realizar um recorte específico do que foi pesquisado, buscou-se um referencial teórico que propicie uma aproximação do objeto de pesquisa desvelado: a divisão sexual do trabalho no meio rural e as contribuições da marcha das margaridas na formação profissional e na prática social das mulheres da cidade de Porteirinha-MG.

No Quarto Capítulo é apresentado o relato descritivo da observação participante realizada por esta pesquisadora da Marcha das Margaridas de 2015, saindo de Porteirinha-MG até a Capital Federal, Brasília.

O Capítulo Quinto apresenta as mulheres lavradoras e produtoras rurais, sujeitos da presente pesquisa e, alguns relatos e conversas informais, são analisados à luz dos referenciais teóricos.

Nas Considerações Finais são apresentadas reflexões e respostas das questões de pesquisa e algumas oportunidades de pesquisas futuras.

1.1 Problemática da pesquisa

A realidade sócio-histórica das mulheres que vivem no meio rural é marcada pela exclusão social, nesse contexto, destaca-se historicamente a dominação masculina, a

disparidade econômica - presente nos indicadores de renda – além da dificuldade de acesso da força de trabalho feminina aos benefícios sociais como, por exemplo, o acesso ao crédito, à assistência técnica e à formação profissional.

Para compreender as relações de trabalho das mulheres no meio rural é antes necessário evidenciar as mudanças ocorridas nas práticas sociais, situando-as no tempo e no espaço.

Para Frigotto (2008, p. 168), o trabalho, como categoria de análise

[...] só pode ser entendido na sociedade capitalista, como disputa de classe e na qual somente pode ser apreendido em sua historicidade, dentro de uma concepção dialética e no campo das contradições e das antinomias.

Mediante tal assertiva, evidencia-se que em se tratando do meio rural, desde a origem da humanidade, a agricultura foi uma das primeiras atividades de produção do homem, em torno da qual se organizou a vida em sociedade, passando por várias crises até o surgimento das manufaturas e, conseqüentemente, da industrialização. Com a passagem do feudalismo para o capitalismo pré-industrial e logo após para a sociedade industrial, aos poucos os/as trabalhadores/as rurais foram se deslocando para o espaço urbano. A partir daí o meio rural tomou novas dimensões, construiu outras identidades e, nas últimas décadas, na sociedade capitalista, emergiu um “novo mundo rural”, com novas estruturas (LUSA, 2015).

No Brasil, define-se como trabalhador rural

[...] toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual ao empregador rural, sob dependência deste e mediante salário (BRASIL, 1973).

Nas relações de trabalho no meio rural a realidade sempre foi de extrema precarização, com salários e direitos muito aquém daqueles auferidos pela sociedade industrial em geral. Nesse sentido, muitas lutas e movimentos sociais emergem por toda parte em defesa dos direitos do/a trabalhador/a do campo, pelo acesso e pela posse da terra, por salários e condições mais dignas de trabalho.

Inclui-se nesse contexto a presença da mulher, ainda que subsumida, mas sempre presente na atividade laboral no campo, quer seja como pequena produtora em lavouras familiares ou como trabalhadora rural em grandes fazendas e latifúndios.

Se as condições de trabalho para os homens no campo são de extrema precarização, tal situação é ainda mais latente na condição das mulheres, pois além da falta de direitos e de formação e qualificação profissional adequadas, do preconceito e opressão

sofrida pela sua condição feminina, essa ainda carrega o fardo da dupla jornada laboral entre a lavoura e o trabalho doméstico.

A precarização do trabalho feminino está presente em todos os tempos e em todas as sociedades, porém, no meio rural ela se torna ainda mais evidente. Como estratégia de resistência, as mulheres camponesas vêm demarcando fortemente o espaço político por meio dos movimentos sociais e sindicatos, na busca da conquista de seus direitos e para a diminuição das desigualdades sociais no campo.

No Brasil, a luta inicial das mulheres do meio rural pela igualdade emerge, segundo Grzybowski (1987, p. 17), no período anterior ao Golpe militar de 1964, através das Liga das Camponesas do Nordeste, das Associações de Lavradores e Sindicatos das regiões Nordeste, Sudeste e do Estado de Goiás e do MASTER – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Rio Grande do Sul. Nesses movimentos, a presença das mulheres nas lutas sociais produziram líderes em todo o país, tais como Elizabeth Teixeira, da Liga das Camponesas; Margarida Alves, Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba; Maria Oneide Costa Lima, Líder dos Posseiros em São Geraldo, em Tocantins, entre outras.

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, o movimento feminista se ampliou em todo o Brasil. As mulheres trabalhadoras se inseriram em partidos políticos, sindicatos e em associações comunitárias. Iniciam-se aí as grandes mobilizações no meio rural lideradas por mulheres sindicalizadas, precursoras do movimento feminista no campo. Destaca-se nessa luta a produtora rural Margarida Alves, cuja história de lutas e morte trágica inspirou, e ainda inspira, trabalhadoras rurais em todo Brasil, personificada no movimento social denominado Marcha das Margaridas.

Segundo Fernandes (2012, p.31), “a Marcha das Margaridas surgiu da grande necessidade que as mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta têm pela igualdade de gênero”. Trata-se de uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena.

Promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Federações e Sindicatos, a Marcha se firmou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras, movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e internacionais. Realizada a partir do ano 2000, consolidou-se na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista no campo, com forte denúncia ao projeto neoliberal de governo que atingia diretamente o meio rural, apresentou uma pauta de reivindicações para negociação. Esta marcha aliou-se à Marcha Mundial das Mulheres, com razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência

sexista (CONTAG, 2015).

Desde então, a Marcha das Margaridas ocorre bianualmente e procura fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, além de reafirmar constantemente o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo. Visa também a construção de um novo projeto de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade, com protagonismo ativo da força do trabalho feminino.

A partir de uma perspectiva feminista, o movimento apresenta, por meio de suas proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico e sexista no campo. Contribuindo para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos, visa também a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais, protesta contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional daqueles/as que vivem distantes dos centros urbanos e, muitas vezes esquecidos/as nas políticas públicas; denuncia e protesta contra todas as formas de violência, exploração e discriminação e busca avanços na construção da igualdade para as mulheres no meio rural.

A cada edição, a Marcha das Margaridas atualiza e qualifica a sua pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo considerando as suas especificidades. Como movimento social de base feminista e rural, contribui para a quebra de paradigmas enraizados na sociedade e altera a forma de pensar, a visão de mundo e propicia conquistas substanciais para as mulheres do campo. Embora, ainda não consiga romper definitivamente com os padrões hegemônicos da sociedade machista, sexista e patriarcal, são inegáveis os impactos que esse movimento está proporcionando no meio rural, pois reflete a busca das mulheres do campo pelo fim da inferioridade além da submissão e das desigualdades de gênero no meio rural.

Diante do exposto, é necessário esclarecer o interesse dessa mestrandia pela temática. Durante a graduação no curso Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – FaE/UEMG atuou como bolsista de Iniciação Científica no projeto *Educação do Campo em construção: apropriação de material didático-pedagógico por educadores de jovens e adultos*, coordenado pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos – NEPEJA/FaE/UEMG. Neste projeto, foi responsável por turmas da EJA em acampamentos e assentamentos de reforma agrária em Minas Gerais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG.

No período das pesquisas de campo para observação do uso do material didático-

pedagógico, objeto da pesquisa na qual estava vinculada, realizou observações no Assentamento para sem Terra I da FETAEMG, localizado na região Norte de Minas Gerais. Essa experiência possibilitou-lhe uma aproximação às mulheres agricultoras e criadoras de gado de pequeno porte que se organizavam em reuniões semanais buscando melhorias para o assentamento relacionadas à saúde, educação, direitos civis, entre outros. Com os mesmos objetivos, as mulheres participavam também do movimento social Marcha das Margaridas.

Tal mobilização dessas mulheres do meio rural despertou o interesse em pesquisar um pouco mais sobre essa a origem e história da Marcha, quais seriam as contribuições já auferidas para as mulheres participantes, quais seriam as contribuições na formação profissional das mulheres no meio rural, questionando também se a participação na Marcha das Margaridas traz alterações na visão de mundo e na prática social dessas mulheres. A pesquisa realizada se debruçou sobre essas questões, problematizando as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural, tendo como pano de fundo o Coletivo de Mulheres e seu principal evento: a Marcha das Margaridas.

Diante do exposto, a presente pesquisa realizou um levantamento teórico-documental acerca do movimento social Marcha das Margaridas: seu histórico, formas de realização, eventos realizados, número e tipos de participantes, reivindicações, conquistas, entre outros aspectos, a fim de evidenciar a sua importância na constituição das mulheres do meio rural como sujeitos históricos e sociais. O estudo empírico visou evidenciar as possíveis contribuições advindas da participação da Marcha das Margaridas na prática social das mulheres do meio rural. Escolheu-se como unidade de pesquisa a cidade de Porteirinha, situada no norte de Minas Gerais, por ser uma cidade com forte atuação na Marcha e pelo acesso dessa proponente às mulheres participantes do movimento.

A partir dos questionamentos e dos objetivos elencados, foi realizada no ano de 2014, uma busca no banco de teses e dissertações da CAPES e no site de periódicos *Scielo*, a fim de identificar as produções acadêmicas acerca das temáticas. Foram utilizadas as palavras chaves: “trabalho da mulher no campo”; “marcha das margaridas”, “trabalho feminino rural”, “divisão sexual do trabalho no meio rural”, “relações de gênero no meio rural”¹. No banco da CAPES² encontrou-se somente uma Dissertação de Mestrado em Comunicação, de autoria de Angélica Cordova Machado Miletto, na Universidade Católica de Brasília, intitulada *Marcha das Margaridas: Imaginário e representações sociais no discurso do Correio Braziliense*, defendida no dia 01/09/2011.

¹ Todo o levantamento realizado nos sites consultados da CAPES e do *Scielo* encontram-se no apêndice 1.

² Disponível no <http://bancodeteses.capes.gov.br/>

Esta dissertação buscou compreender a Marcha das Margaridas como acontecimento noticioso. Para isso, sustentada pelas reflexões da corrente teórica do *Newsmaking*, retrata os valores-notícia que compuseram a noticiabilidade dessa manifestação feminista para que fosse publicada pelo Correio Braziliense entre os anos 2000 e 2007. A partir do discurso, como palavra em movimento, que manifesta sentidos na linguagem, a pesquisadora analisou algumas representações sociais acerca das mulheres e da população rural: a mulher cumpridora de seu papel no espaço doméstico, como mãe e esposa; a mulher como sujeito incompleto que sempre precisa de um referente masculino para sua plenitude; a mulher-problema.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul³ algumas produções com relevância para o tema foram localizadas, tais como a Tese de Doutorado em Sociodemografia, defendida por Ana Alves Neta Barbosa intitulada “*Mulheres na agricultura familiar do Semiárido norte-mineiro: divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba.*” Esse estudo aborda a situação de vida e trabalho das mulheres na agricultura familiar no semiárido norte mineiro, com foco na divisão social do trabalho e nas relações de gênero no Projeto Jaíba. (PJ). A autora caracterizou e analisou a sociodemografia e o trabalho das mulheres do Perímetro do Projeto Jaíba, verificou o trabalho e renda das mulheres na agricultura familiar do PJ, considerando os fatores de inclusão/exclusão vinculados ao gênero. Além de analisar as dinâmicas de gênero, a divisão social e sexual do trabalho em família na atividade agrícola; analisar a situação de vida e trabalho das mulheres do PJ, também discutiu políticas públicas e de gênero na agricultura familiar do PJ, na perspectiva do empoderamento feminino e do desenvolvimento rural.

No site da *Scielo*⁴, foram encontrados alguns artigos, nos quais ressaltam-se “*Marcha das Margaridas: resistências e permanências*”; “*Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo ações e reconhecendo direitos*”, ambos de autoria de Berenice Gomes da Silva.

Evidenciou-se uma carência de estudos e pesquisas acadêmicos sobre a Marcha das Margaridas, sobretudo acerca de suas contribuições para a melhoria da vida das mulheres do meio rural. Assim, espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para o debate acadêmico e para a produção de conhecimentos acerca da divisão sexual do trabalho no meio rural e das contribuições advindas com a participação das mulheres em movimentos sociais, tais como a Marcha das Margaridas, em sua prática social, de forma a lograr mais qualidade

³ Disponível no <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2>

⁴ Disponível no <http://www.scielo.org/php/index.php>

de vida e igualdade nas relações de gênero no campo.

2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa traz uma abordagem qualitativa, o que, segundo Gaskell (2002), visa a compreensão detalhada dos atores sociais e a sua situação. Além do que

A compreensão dos modos de vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados é a condição *sine qua non* da entrevista qualitativa. Tal contribuição poderá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. Poderá ser um fim em si mesmo o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio específico (GASKELL, 2002, p.65).

Para tal empreendimento, Alves-Mazzotti (1998, p.159) alerta para a necessidade de se constituir um quadro teórico de referência anteriormente à coleta de dados empíricos, objetivando uma aproximação maior do objeto de estudo a ser pesquisado e para a identificação de aspectos relevantes e relações significativas nos eventos observados.

Para Frigotto (2010, p.97),

no trabalho propriamente de pesquisa, de investigação, um primeiro esforço é o resgate crítico da produção teórica ou do conhecimento já produzido sobre a problemática em jogo. Aqui se podem identificar as diferentes perspectivas de análise, as conclusões a que se chegou o avanço do novo conhecimento.

Dessa forma, foi realizado um levantamento teórico-conceitual acerca dos temas: divisão sexual do trabalho de maneira geral e, especificamente, no meio rural; os movimentos sociais do campo; educação e formação profissional no meio rural, assim como um levantamento histórico-documental sobre a Marcha das Margaridas.

A abordagem teórico-metodológica a ser adotada para análise dos dados empíricos, nos limites deste trabalho, tem como base as construções teóricas fundamentadas na Sociologia do Trabalho Francesa, fortemente influenciada pelos pressupostos marxistas, basicamente os conceitos sobre Divisão Sexual do Trabalho apresentados por Hirata (1998; 2002; 2007; 2209) e Kérigoat (1986; 1996; 2003; 2009).

Para realizar um levantamento de dados sobre a realidade das agricultoras rurais, a pesquisa qualitativa requer uma contextualização do tema, e, para isso, é necessário conhecer os sujeitos da pesquisa e o contexto, ou seja, as condições reais – sócio-históricas, econômicas, culturais e políticas em que estas pessoas vivem.

Os dados empíricos para descrição da história, as conquistas e realizações da Marcha das Margaridas foram levantados a partir de um resgate documental nos sites da FETAEMG, CONTAG, FETAESC e reportagens acerca do movimento, assim como por meio

de uma observação e participação direta na Marcha das Margaridas realizada de Porteirinha a Brasília, com registros de todas as informações pertinentes em um “diário de campo”.

Foram realizadas entrevistas e conversas informais com lavradoras e produtoras rurais participantes da Marcha das Margaridas e com a Presidente do Coletivo das Mulheres do Norte de Minas Gerais, na cidade de Porteirinha, consideradas os sujeitos da presente pesquisa, e seus discursos foram analisados de forma a possibilitar a apreensão do objeto de estudo.

Para Gaskell (2002) a aplicação de entrevistas deve ocorrer com critérios de informalidade, numa tentativa de proporcionar ao entrevistado um momento de conversa informal e sem originar opressões.

A observação e participação na Marcha, caracterizada como uma observação participante, foram úteis na medida em que, segundo Velho (1978, p.123),

(...) para se conhecer algumas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de um tempo razoavelmente longo, pois existem aspectos de uma cultura e sociedade que não são explicados, que não aparecem à superfície que exigem um esforço maior, mais detalhado e mais aprofundado de observação e empatia.

Para o mesmo autor, nessa observação participante, o pesquisador deve captar as experiências e vivências do objeto de estudo e, ao mesmo tempo, deve mergulhar no problema da pesquisa com uma distância social e psicológica.

Para Alves-Mazzotti(1998) o observador participante deve aprender a usar a sua pessoa como o principal e confiável instrumento de observação, seleção, coordenação e interpretação. Em outras etapas, o observador participante combina a observação com entrevistas e análises de documentos.

Já as entrevistas não seguiram nenhuma padronização ou roteiro preestabelecidos. Para deixá-las mais à vontade, a pesquisadora preparou alguns temas norteadores que foram trazidos durante conversas informais, nos quais abordava o histórico da Marcha no Norte de Minas, as demandas da região, os tipos de produção agrícolas, os cursos que eram oferecidos pelo Coletivo de Mulheres no Norte de Minas Gerais, as possíveis mudanças objetivas e subjetivas em suas práticas, a divisão sexual do trabalho no campo, as atividades atribuídas às mulheres no campo e no meio doméstico, entre outras que surgiam espontaneamente.

Essas conversas informais com as mulheres participantes da marcha aconteceram em suas próprias residências e na sede do Coletivo das Mulheres de Porteirinha, assim como durante a Marcha das Margaridas realizada em agosto de 2015.

As doze mulheres entrevistadas, produtoras rurais, moradoras da cidade de Porteirinha e participantes da Marcha têm uma faixa etária compreendida entre 28 a 67 anos, todas com filhos, algumas viúvas e outras casadas. Criam gado, animais domésticos de pequeno porte para consumo próprio, cultivam turgo, feijão, milho, mandioca, hortaliça, sementes, frutas, fabricam queijo, doce, mel e fazem artesanatos como: bordados, pinturas, sementes, argila. Algumas delas criam gado de grande porte, mas somente para o sustento da família.

As entrevistadas dissertaram livremente e as conversas informais foram fonte de informações importantes para o presente estudo. Os relatos foram gravados em áudio e posteriormente transcritos na íntegra pela pesquisadora.

Alves-Mazzotti (1998, p.169) reforça que “na pesquisa qualitativa considera-se documento qualquer registro escrito que possa trazer informação para o pesquisador”. Diante disso, a pesquisadora utilizou as transcrições da observação participante, assim como as falas durante conversas em grupo e individuais, informações retiradas no site organizacional da Marcha das Margaridas e reportagens veiculados em sites e revistas.

A análise dos dados empíricos e dos discursos das entrevistadas foi realizada a partir de uma perspectiva crítica dialética, que procura desvendar, mais do que os conflitos das interpretações, o conflito dos interesses. Esse tipo de pesquisa manifesta um caráter transformador das situações ou fenômenos estudados no processo histórico e procura desvendar outras possibilidades de mudança. A abordagem dialética não nega a origem empírica objetiva do conhecimento, mas na concepção de ciência dialética, são constantemente retomadas, criticadas e reintegradas, visando sua superação (GAMBOA, 2010, p.107).

A utilização de técnicas da pesquisa etnográfica destaca-se finalmente neste estudo, pois visa a descrição detalhada dos fatos, da visão de mundo e dos conflitos dos sujeitos envolvidos (VELHO, 1978). As mulheres entrevistadas, assim como os discursos analisados, estão apresentados no capítulo 5 da presente dissertação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa aqui apresentada dialoga com temas que se constituem em objetos de debates e estudos de diversas áreas do conhecimento. Aborda a divisão sexual do trabalho e a educação propedêutica e profissional no meio rural, desenvolve-se em meio às discussões dos movimentos sociais no campo e ressalta a Marcha das Margaridas, *lócus* da pesquisa empírica empreendida.

Para tal, discute-se no primeiro item a divisão sexual do trabalho em linhas gerais e, de maneira particular, no meio rural. Em seguida, busca-se traçar um breve histórico da educação rural no Brasil e trazer alguns elementos acerca da Educação Profissional e Tecnológica nesse mesmo contexto. Abordam-se, assim, as Escolas Famílias Agrícolas (EFA), a prática pedagógica realizada nas escolas dos assentamentos do MST, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) em sua dimensão PRONATEC/Campo. Em seguida é apresentada uma visão geral dos movimentos sociais no campo e, finalmente, o histórico, objetivos, conquistas e ações da Marcha das Margaridas, movimento social rural realizado pelas mulheres em todo o país, enfatizando a unidade de Porteirinha, cidade situada ao norte do estado de Minas Gerais e que se constitui na unidade de pesquisa empírica do presente estudo.

3.1 A Divisão Sexual do Trabalho

Segundo Hérítier (1997, p.24) no interior das sociedades pré-históricas já havia um padrão de organização social baseado na repartição distinta de tarefas entre homens e mulheres. Tal divisão “[...] nasce de limitações objetivas e não de predisposições psicológicas de um ou outro sexo para tarefas que desse modo lhe são atribuídas.” A limitação das mulheres, pela falta de força física, principalmente durante a gestação e o parto, e a sua imobilidade durante a amamentação, a necessidade de vigilância e cuidado com as crianças pequenas as impediam de dedicar-se à caça. Na época, a mobilidade e a disponibilidade físicas necessárias ao caçador são atributos reconhecidos dos homens por oposição às mulheres. E esse confinamento espacial das mulheres as conduzem a recolha de alimentos criando-se, assim, duas esferas de trabalho distintas: uma esfera de trabalho masculina externa ao meio doméstico e uma esfera de trabalho feminina limitado ao meio privado.

Para Quirino (2011, p. 43),

[...] evidencia-se, ainda que não de forma declarada, certo determinismo biológico, pelo qual se deduziria que as mulheres no trabalho são inferiores por natureza e que a sua submissão na sociedade tem uma base concreta na sua conformação biológica. Portanto, difícil ou mesmo impossível de ser suplantada.

Também Engels (1977, p. 70-71) afirma que, “[...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.” E já ressalta a opressão de classes e de sexos:

(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (ENGELS, 1977, p.70-71).

Assim, Engels evidencia que a raiz material da opressão da mulher não tinha como causa básica a constituição do corpo, mas era fruto de determinadas relações sociais que se assentavam na divisão do trabalho e na exploração de uns pelos outros.

Complementando tal assertiva, Quirino (2011, p. 44) completa que “a questão da opressão da mulher deixa de ser do domínio da biologia e é inserida no domínio da história, da cultura, tornando possível assim vislumbrar a sua superação por meio da ação política, pois se não é algo natural, pode ser superada.”

Hirata e Kér goat (2001, p. 599) assim definem a divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Destaca-se que as atividades realizadas pelas mulheres no espaço privado não são consideradas como trabalho de grande importância e sem relevância econômica, visto como ajuda e, com isso a atividade de trabalho produtivo é algo que não lhe cabe.

Para Hirata e Kér goat, a divisão sexual do trabalho pode ser explicada por duas acepções:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (KÉRGOAT e HIRATA, 2007, p. 596).

Segundo as autoras analisar a distribuição desigual do trabalho entre homens e mulheres continua sendo indispensável à medida que evidencia como a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades dos sexos criando um sistema de gênero. Definem-se, assim, os “Princípios Organizadores da Divisão Sexual do Trabalho”: (i) “o princípio da separação”: existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e (ii) “o princípio hierárquico”: um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher, tanto no sentido antropológico e ético, quanto no sentido econômico (KÉRGOAT e HIRATA, 2007, p. 596-597). As autoras alertam também para uma enorme massa de trabalho efetuada gratuitamente pelas mulheres, como um trabalho é invisível, no ambiente doméstico.

A partir do ponto de vista de Kérigoat, para Quirino (2015, p.07), a divisão do trabalho entre os sexos é indissociável de uma Sociologia das Relações Sociais e conceituá-la em termos de relação social traz como base a relação antagônica entre homens e mulheres. Tal relação situa-se numa inquietude permanente em volta da categoria trabalho e suas divisões. Assim, na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: a **opressão**, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na **exploração econômica**, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica.

Conforme Toledo (2007) *apud* Izquierdo (2008, p.2):

Os homens não estão submetidos à tensão estrutural entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. As mulheres sim. Mantêm uma dedicação tanto no trabalho remunerado como no trabalho doméstico, e vivem por isso, uma grande frustração, mal-estar, insatisfação. Não mudam de posição na estrutura social, mas meio que ocupam duas posições ao mesmo tempo.

Ainda, conforme Toledo (2007, p.2), a desigualdade das mulheres é um processo que começa com a divisão sexual do trabalho e firma-se na consolidação dos estereótipos de gêneros.

3.2 A agricultura familiar e a divisão sexual do trabalho no campo

Segundo Melo (2015) os produtores rurais estão inseridos em dois modelos produtivos: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Esses modelos possuem características diferentes quanto ao tamanho da área produzida, a cultura adotada, os processos produtivos e na utilização do trabalho assalariado.

Na presente proposta de pesquisa será abordada preferencialmente a agricultura familiar, que, além de mais evidenciada na região de Porteirinha-MG, se sobressai o trabalho

da mulher.

Também porque

o modelo da agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros. Embora as estatísticas oficiais não utilizem a classificação de agricultura familiar, a partir das características atribuídas a essa agricultura, podemos afirmar que nas unidades produtivas de até 100 hectares, há uma predominância de agricultores familiares (MELO, 2015, p. 35).

Assim, agricultor familiar, segundo Caldart et. al. (2012, p. 35), é todo aquele trabalhador

[...] que pratica atividades no meio rural, mas se torna sujeito de direitos se detiver a qualquer título área inferior a quatro módulos fiscais; deve apoiar-se predominantemente em mão de obra da própria família e na gestão imediata das atividades econômicas do estabelecimento, atividades essas devem assegurar o maior volume de rendimentos do grupo doméstico.

Neste aspecto a unidade familiar se reproduz combinando trabalho com a natureza e as tecnologias. Conforme Brummer (2008, p. 8) a reprodução da agricultura familiar no curto prazo envolvem questões ligadas às formas e aos meios de produção (como a apropriação e uso de tecnologias e sua organização, na qual se incluem a divisão de trabalho entre os membros da família.)

No Brasil, de acordo com os estudos do FAO-INCRA 2006⁵, os produtores rurais estão inseridos majoritariamente no modelo de agricultura familiar. Na delimitação por região, destaca-se a terceira região com maior número de estabelecimentos familiares: a Sudeste, com 699.978 estabelecimentos, ou 16% do total, que ocupam 12.789.019 ha, ou 15,9% do total da área ocupada por este tipo de estabelecimento no país. Nela os estabelecimentos familiares representaram 76% do total de estabelecimentos e 24% do total da área.

Com base nesses dados a agricultura familiar é um dos principais responsáveis pela produção de alimentos no Brasil; mas, no entanto, segundo Melo, (2015:03), ainda ocupa um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.

Há um grande significado político, econômico e social em se tratando do processo de desenvolvimento da agricultura familiar em uma abordagem de gênero, uma vez que, envolve o trabalho da mulher e do homem no processo de produção.

Segundo os dados do Censo IBGE 2010⁶, o número de mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais, sem remuneração, é da ordem de 181.587. No mesmo Censo, o número de homens trabalhadores rurais com atividade agrícola remunerada é 829.250 homens

⁵ Dados Disponíveis em <<http://www.ibge.gov.br>>

⁶ Dados Disponíveis em <www.ibge.gov.br>

e 552.550 mulheres. Ambos estão inclusos na Seção de Atividade de Trabalho Principal: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Comprova-se então, que existe um número considerável de mulheres trabalhadoras rurais remuneradas e sem remuneração em Minas Gerais.

Também no meio rural, nos estudos de Schwendller (2002, p. 2), evidencia-se a divisão sexual do trabalho, pois, desde muito cedo, os meninos e as meninas aprendem determinadas funções específicas.

A educação na família constitui-se num importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências. Na cultura do campo, geralmente, a menina aprende com a mãe, as lidas de casa, os cuidados para com os filhos, o preparo da horta, aprendendo raramente, a discutir política, planejar a produção, negociar e comercializar o produto. Isto cabe ao filho homem, o qual também, muitas vezes, não aprende as lidas da casa e o cuidado com as crianças.

A divisão dos papéis entre homens e mulheres se constrói, assim, dentro dos lares por meio da divisão do trabalho, no qual as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres não são reconhecidas como trabalho e, “[...] mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, este é muitas vezes visto como uma ‘ajuda’”. (SHWENDLLER, 2002:2)

Nas abordagens de Schwendller (2002), no meio rural a mulher possui uma presença participativa na esfera pública, trazendo sua contribuição nas esferas do trabalho, nos movimentos sociais e na educação.

Salvaro (2004) e Melo (2001) atestam que nos assentamentos destaca-se a dupla e/ou tripla jornada de trabalho da mulher assentada. Nesse contexto, a mulher trabalha o dia todo e no fim da tarde retorna ao seu lar com afazeres da casa e os cuidados das crianças. Isto quando não está inserida nos movimentos sociais, que por sua vez, leva a mulher a uma tripla jornada de trabalho.

Nessa divisão de trabalho, segundo Abramovay (2000, p. 348), a mulher é responsável pela reprodução social do seu grupo familiar, tanto no trabalho doméstico, quanto na força de trabalho produtivo. A mulher no meio rural exerce funções de adubação, capinação, colheitas, podas, secar, malhar, ensacar o feijão (e outros grãos), cuidar das pequenas crianças, torna-se responsável por todo trabalho ao seu entorno etc., no entanto, não obstante sua relevância na produção agrícola, seu trabalho ainda permanece invisível (ABRAMOVAY, 2000, p.349).

Os estudos de Pacheco (2002) defendem a necessidade da mulher trabalhadora do campo de ter o reconhecimento do seu trabalho, pois, “[...] o paradigma dominante na

economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino, e ignora a divisão sexual do trabalho” (PACHECO, 2002, p.143).

Nesse mesmo contexto,

subestimam-se e desconhecem a presença do trabalho feminino na População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, na medida em que grande parte dessas mulheres trabalha ajudando a unidade familiar, sem uma remuneração específica. Os trabalhos considerados ajuda são tipicamente femininos, que, por não serem trocados no mercado, não tem valor por si mesmo, mas contribuem para a produção geral da força do trabalho (ABRAMOVAY, 2000:349):

Para Abramovay (2000, p.351) na agricultura a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas com base nas características biológicas, mas num produto social que legitima as relações de poder que se forma no processo histórico e pode ser transformado.

A autora cita algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres produtoras rurais, tais como,

os padrões culturais e sociais, que limitam a contribuição das mulheres para a agricultura, sustentando normas de comportamento e valores rígidos. Fatores que criam obstáculos ao acesso da mulher à terra, crédito, capacitação, assistência técnica e a comercialização dos produtos. (AMBRAMOVAY, 2000, p.351).

Todas essas limitações, segundo a autora favorecem a invisibilidade do trabalho feminino e dificultam o seu acesso à educação e formação profissional.

3.3 A educação no meio rural: breve histórico

A Educação para o campo tem se constituído como uma das estratégias que pode provocar transformações no meio rural brasileiro porque o resgata não só como um espaço de produção, como também lugar no qual se estabelecem relações sociais, cultura, e relação direta com a natureza.

Na busca histórica pela gênese da educação rural evidencia-se a crescente migração rural-urbana em 1920. Diante disso, instalaram-se diversos desequilíbrios, pois os trabalhadores rurais sem preparo para o trabalho urbano não se adaptavam às suas novas funções. Nesse momento, a educação rural passou a ser vista como possibilidade de valorização da vida no campo para minimizar o processo de migração.

Barreiro (2010, p. 9) explica que,

a educação rural baseou-se nos pressupostos pedagógicos, tendência educacional que credita à ampliação dos conhecimentos do homem do campo o aumento das possibilidades de fixá-lo à terra.

Ainda conforme o mesmo autor propunha-se, na época, uma escola integrada às condições locais, regionalista, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem no campo. Tal perspectiva de ação pedagógica no campo permaneceu até aos meados da década de 1940.

Entre 1930 a 1934, Getúlio Vargas, como chefe do Governo Provisório, reafirma a necessidade do movimento a favor da educação rural que não se restringia a uma educação estritamente alfabetizadora. Conforme explica Barreiro, (2010), em 1933, Vargas manifestou-se contrário às campanhas educacionais, alegando existir uma grande diferença entre ensinar a ler e educar, manifestando, assim, a preocupação de oferecer ao sertanejo uma educação mais ampla que promovesse a consciência de seus direitos e deveres.

Na Constituição Federal de 1934, o governo reservou uma pequena quota para a Educação Rural. Conforme o artigo 156,

a União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos. Paragrapho unico. Para a realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará no mínimo, vinte por cento das quotas destinadas á educação no respectivo orçamento anual. (Brasil, 1934).

É instituído nesse momento o investimento de uma pequena porcentagem do orçamento público para a educação do campo, porém, Ferreira e Brandão (2011) apontam que a Constituição de 1934 não beneficiou os que residiam e trabalhavam nas áreas rurais, à exceção dos filhos das elites agrárias.

Em 1935 foram criadas escolas normal rural, orientadas pelo ruralismo pedagógico e pelas missões rurais, inspiradas nas missões rurais mexicanas. Barreiro (2010, p. 29) esclarece que as missões culturais do México nasceram em 1922, após o triunfo da revolução social, com o intuito de formar pedagogicamente voluntários para trabalhar na zona rural. Em, 1938, essas missões foram abolidas e relançadas em 1943, sob novas bases.

Em 1940 o ruralismo pedagógico torna-se pauta nas campanhas comunitárias, pois perde relevância. Barreiro, (2010,p. 30) explica que nesse momento desencadeia-se uma nova conjuntura internacional com reflexos na política interna do país, que viria favorecer os

convênios com outros países, a exemplo dos Estados Unidos, pois,

em 1945, foi firmado um Acordo sobre a educação rural que preparava a entrada do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, resultante de cooperação estabelecida entre o Ministério da Agricultura do Brasil e a *Inter-American Educational Foundation Inc.* (BARREIRO, 2010, p. 30).

A criação da Comissão Brasileira de Educação das Populações Rurais (CBAR) nasceu por meio deste acordo, vinculada ao Ministério da Agricultura, unindo as Missões Rurais e o uso do Desenvolvimento de Comunidade.

Com o 1º Congresso de Educação de Adultos, Lourenço Filho revoluciona a educação para adultos com sua participação, salientando que a ignorância e a escassa produção econômica andam juntas e somente uma política educacional é capaz de resolver o crescimento econômico do país (BARREIRO, 2010, p. 31). A autora explicita que o posicionamento de Lourenço Filho foi fundamental para o entendimento da Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes (CEAA) e a educação de adultos orientada pelos princípios da Educação de Base. Ainda em 1949, realizou-se o Seminário Interamericano de Educação de Adultos em Petrópolis, no Rio de Janeiro, no qual o manual distribuído sugere a adoção do Desenvolvimento de Comunidade e recomenda serviços de cooperativas, Missões Rurais e Extensão Agrícola (idem, ibidem).

Em 1952, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em nível nacional, com um programa pautado nas técnicas de desenvolvimento de Comunidade (BARREIRO, 2010. p. 32) . Informa a autora que os serviços da CNER destinavam-se às zonas rurais e a expressão “educação rural” é mais compreensível para o homem do campo do que a educação de base.

A Campanha de Educação Rural foi criada em 9 de Maio de 1952, durante o segundo governo de Vargas, que se estruturou por meio de Missões Rurais, Centros Regionais de Treinamento de Educação de Base, Centros de Treinamento de Professores e de Auxiliares Rurais, Centros Sociais de Comunidade, Orientação de Líderes Locais e Centros de Treinamentos de Cooperativismo (BARREIRO, 2010 p. 35).

Em outra abordagem Ribeiro (2010, p.172,173) permite captar um movimento contraditório. De um lado observa-se que nos anos de 1930/1940 há um estímulo à permanência dos agricultores no campo e, nos anos 1950/1960, houve estímulo para que os agricultores buscassem seus direitos sociais e empregos nas cidades. Ainda segundo a mesma autora, nesse período houve um fracasso da educação rural, mesmo com a existência dos defensores do ruralismo pedagógico. Destaca-se que em 1953, realizou-se o 1º Seminário

Brasileiro de Educação Rural, com intuito de discutir os problemas e a educação no meio rural e, no qual, foram apresentados projetos ministrados por Helena Antipoff para cursos de formação profissional.

Em 27 de março de 1956, os Decretos nº 38.955 e 39.871 (RCNER, 1956 v.3, p. 10) regulamentam a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), durante o governo Juscelino Kubitschek, que passa a dispor de verbas próprias, com a prioridade de levar aos trabalhadores do campo conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um melhor nível de vida. Destaca-se também, na época, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4.024, de 1961, que reza em Título III, art. 32, que,

os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL, 1961).

Evidencia-se que a preocupação na época não era de que a educação fosse para todos, mas, que os camponeses fossem minimamente atendidos no direito à educação. Destaca-se o desenvolvimento industrial que no momento estava em ênfase, apontando diretrizes às escolas primárias em propriedades rurais, que seriam aproveitadas posteriormente nas indústrias instaladas nas cidades e para atender aos interesses comerciais. Evidencia-se também a promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, regulando os direitos e obrigações aos bens imóveis rurais.

Nos anos 1960 e 1970 houve um interesse maior pela educação rural por meio das indústrias, com o objetivo de aumentar seus negócios no mercado com os produtos (máquinas, adubos, defensivos agrícolas), com a estratégia de formar um mercado consumidor. Nesse período criam a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), em 1945, que se mantém nos anos 1960 e 1970, após o golpe militar, conforme explica Ribeiro (2010, p. 174).

Também são criados nesta época o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (1963), o Centro Rural Universitário de Treinamento de Ação Comunitária (1965), o Programa Diversificado de Ação Comunitária do Mobral, o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR) (1976) e o Projeto Rondon (1968), todos com ênfase na educação no meio rural. Contando com recursos do BIRD, foram criados também os Polo Nordeste, Polo Amazônia e Polo centro, com incursões na educação e treinamento de mão de obra rural (CALAZANS, 1993, p. 32).

Mais à frente, destaca-se a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), nº 9394 de 1996, que proporcionou mais algumas conquistas relacionadas à educação rural. Um exemplo é o artigo 28 da LDB que rege a especificidade da escola do campo:

na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996)

Em 1998, criou-se o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), fruto de conquista dos movimentos sociais do campo e vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Mas, conforme Ribeiro (2010, p. 175),

mantem-se um vínculo entre educação rural e desenvolvimento, com a ressalva de que esse desenvolvimento seja definido pelo capital internacional, ocupando o Brasil, o lugar determinado pela divisão internacional do trabalho.

A autora esclarece que dentro dessa luta para concretizar uma educação rural estavam, de um lado os educadores que pensavam numa educação para o desenvolvimento e para o trabalho e, de outro, aqueles que se posicionavam por uma educação como investimento, representando a posição de organizações externas que chegavam ao Brasil, evidenciando, mais uma vez, a luta de classes que permeia a formulação de políticas públicas para a educação dos trabalhadores rurais.

Para Ferreira e Brandão (2011, 157) permanecem, ainda, a negligência, os embates organizativos e acadêmicos, pois,

[...] a educação, enquanto ensino rural esteve historicamente presente em parte considerável dos discursos dos governantes, mas na prática, não se respeitou o homem do campo como prioridade em seus currículos escolares e direito à educação.

Ressalta-se que este período aconteceu a união dos movimentos sociais do campo em defesa da Educação do Campo que, mais precisamente no final da década de 1990, vem se impondo em alguns espaços, inclusive nas agendas do governo na busca da legalidade, evidentemente, em contraposição à “Educação Rural”, conforme corrobora Rocha (2009). Cabe salientar, que este esforço objetiva mostrar que as lutas políticas dos trabalhadores do campo pela conquista de seus direitos sociais, dentre eles, o direito à terra e o acesso às políticas públicas de educação.

Segundo o mesmo autor (ROCHA, 2009), “a luta por educação do campo se originou no seio e no processo de construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST. E o processo de luta por Educação do Campo”. Dessa união, resultou a realização do “I Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA” em Luziânia, Goiás, no ano de 1997, no qual foi possível a adesão de outros movimentos sociais, tais como a Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão - ASSEMA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Em seguida outros movimentos integram-se a essa luta, tais como: os quilombolas, indígenas, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC.

Segundo Ribeiro (2012) a união desses movimentos levaram ao Conselho Nacional de Educação – CNE as preocupações dos educadores que participaram do I ENERA, e, ato contínuo, este Conselho aprova a Resolução CNE/CEB 1, de 03/04/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Tal fato confirma, no parecer final, a necessidade da educação pública do campo em substituição à educação rural. Sendo que a anterior em nada se diferencia da educação nos centros urbanos, a não ser na precariedade maior das condições de oferta à população rural. Tal período demarca o momento histórico do início da luta da Educação do Campo;

Diante disso, apesar das conquistas evidenciadas, existem, atualmente, grandes demandas no campo em relação à educação. Em 1998, na realização da 1ª Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo na qual os movimentos sociais criaram um novo nome para a educação para o meio rural: a Educação do Campo. Para além do novo nome, os movimentos reafirmaram que o campo é um território de vida digna, que os sujeitos envolvidos lutam por políticas públicas específicas e por uma educação própria de acordo com o contexto envolvido.

A partir daí a questão da Educação do Campo se inseriu cada vez mais na agenda dos governos, por meio das pressões dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais. Destaca-se a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação); em 2002 o Seminário por uma Educação do Campo em Brasília, exigindo, não somente uma educação aligeirada e específica para o campo, mas uma escola formal, dotada de um conjunto de processos formativos desde a Educação Infantil até à Universidade.

Em meio a essa complexidade,

o desafio que se impõe hoje aos sujeitos da Educação do Campo é o da práxis: avançar na clareza teórica e de projeto para poder dar um salto de qualidade na luta política e nas práticas pedagógicas produzidas até aqui (CALDART, 2004, p.11)

Caldart (2004) enfatiza que o desafio da Educação do Campo é construir um paradigma contra hegemônico, produzindo teorias, construindo, consolidando e disseminando conceitos e visões de mundo que possam contribuir para que o/a trabalhador/a rural tome decisões assertivas diante da realidade. Enfatiza Caldart (2004) o desdobramento de três tarefas: (i) resguardar a memória da Educação do Campo; (ii) continuar e dinamizar sua construção e reconstrução pelos próprios sujeitos e (iii) certificar-se da relevância das políticas públicas vigentes e, assim,

[...] pensar em Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações (CALDART, 2004, p.12).

A autora explicita que se trata de pensar numa educação política e pedagógica, focada nos interesses políticos e sociais e, por fim, nos interesses culturais de cada grupo social, dentro da temporalidade e das condições sociais de tal grupo. A educação assume o vínculo com os sujeitos e suas especificidades sem deixar de dimensionar a universalidade do seu processo de construção.

Nesse contexto Arroyo (2004, p. 56) admite que os movimentos sociais temem que os seus direitos à educação, ao conhecimento, à cultura, aos valores e às formas de sociabilidade sejam deixados de lado em nome de políticas modernizadoras, ou seja, voltadas para o agronegócio, no lucro privado e automaticamente na destruição da agricultura camponesa. Dessa forma a educação é diretamente afetada na medida em que desenraiza os povos da terra, da cultura e das formas de produção, pois a automatização presente no agronegócio expulsa o trabalhador do campo e degrada as suas variadas formas de existência. Nesse sentido, os movimentos sociais lutam por uma política pública de educação do campo que traga uma motivação para a permanência do trabalhador na terra, a defesa de seus valores, identidades, saberes, enfim, pelo direito à educação dos povos que vivem e trabalham no campo.

3.4 Desafios para uma Educação Tecnológica no meio rural

Os sujeitos do campo sempre foram marginalizados, deixados em segundo plano

nas discussões sobre políticas significativas que pudessem tirá-los da situação de exclusão social. Ressalta-se que, o processo político por uma educação do campo, firmou-se somente na última década, conforme aponta Leite (1999).

Com a necessidade de sair dessa situação de exclusão, os povos do campo procuram alternativas e Caldart (2004) salienta que

a Educação do Campo precisa recuperar toda a tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, de compreensão do vínculo entre educação e produção e de discussão sobre as diferentes dimensões e métodos de formação do trabalhador, de educação profissional, cotejando todo este acúmulo de teorias e de práticas com a experiência específica de trabalho e de educação dos camponeses. (CALDART, 2004, p. 20).

Os sujeitos do campo pensam e agem conforme os paradigmas construídos em sua história e cultura. Conforme Molina e Fernandes (2004, p.33) os próprios sujeitos produtores do conhecimento são os sujeitos que acreditam neste saber e o utilizam para modificar a realidade. Desse modo o meio rural tradicional elege e seleciona o que lhe interessa como modelo econômico e cultural. No entanto, para as autoras é difícil identificar a complexidade do campo no Brasil de hoje a partir do paradigma rural tradicional, pois, a realidade capitalista se molda nos interesses do capital econômico e exclui a lógica do mundo rural, os saberes e práticas alternativas gestados no campo. Assim, “[...] os trabalhadores e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, seus territórios não existem, exatamente porque este paradigma não entende o campo como território de vida (MOLINA e FERNANDES, 2004, p.340).”

Todavia os povos que vivem no campo sentem a necessidade de conhecer e aderir às novas tecnologias de forma a desenvolver sua produção com base nas técnicas e ferramentas utilizadas pelas grandes indústrias agrícolas. Cabe salientar a importância da tecnologia e sua apropriação em qualquer ramo econômico e produtivo quando se procura redefinir ou medir o grau de avanços das forças produtivas de uma sociedade.

Vieira Pinto (2005, p. 220), conceitua “tecnologia” como,

a técnica, na qualidade de ato produtivo, dá origem a considerações teóricas que justificam a instituição de um setor de conhecimento, tomando-a por objeto e sobre ela edificando as reflexões sugeridas pela consciência que reflete criticamente o estado do processo objetivo, chegando a teorização.

Portanto, entende-se que a tecnologia notoriamente é a ciência, a teoria, o estudo, a discussão técnica nas habilidades de fazer nas profissões, ou o modo de construir alguma coisa (VIEIRA PINTO, 2005, p. 220-221). Destarte, Marcuse (1999), explicita a tecnologia

como um processo social no qual a técnica propriamente dita é o aparato técnico da indústria, transporte, comunicação, agricultura e não passa de um fator parcial. O autor trata da influência tecnológica sobre os indivíduos, sobretudo, como os grupos sociais direcionam sua aplicação, a razão técnica do pensamento, o modo de pensar, de fazer, pois, o homem produz cultura e técnica.

Grinspun (1999) chama a atenção pelo fato que não termos como tratar a educação, a tecnologia ou as novas relações sociais isoladamente. Conforme a autora existem pontos significantes em virtude dos avanços científico-tecnológicos. Nesse sentido, esclarece para que serve a educação tecnológica:

[...] para formar um indivíduo, na sua qualidade de pessoa humana, mais crítico e consciente para fazer a história do seu tempo com possibilidade de construir novas tecnologias, fazer uso da crítica e da reflexão sobre a sua utilização de forma mais precisa e humana, e de ter condições de, convivendo com o outro, participando da sociedade em que vive, transformando essa sociedade em termos mais justos e humanos. (GRINSPUN, 1999. p. 29).

Portanto, não basta ao trabalhador rural apenas o mero acesso à tecnologia empregada pelas grandes empresas de agronegócios. Devido a essas contradições há várias discussões que colocam o espaço rural tradicional em questão por meio do grande movimento educativo no campo, desenvolvido por diferentes movimentos sociais, que vão da educação básica até o ensino superior, quer seja por meio de programas institucionalizadas como o PRONERA, quer seja por ações mais pontuais como os processos educativos advindos do MST, dos sindicatos entre outros. Tais movimentos buscam uma educação com o objetivo de criar condições reais para o desenvolvimento da visão crítica de mundo dos/as trabalhadores/as do campo e promover sujeitos aptos para fazer e, sobretudo, pensar este território e dominar esta espacialização (MOLINA, 2004). Para a construção tal território de reconstrução cotidiana, tendo como meta o trabalho na terra, sua existência nela e garantir sua identidade territorial, a educação tecnológica se torna prioridade.

Por meio da educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para seus interesses, suas necessidades, suas identidades, aspectos ainda não considerados pelo paradigma de educação rural (MOLINA, 2004, p.36).

Segundo a autora (2004, p. 36/37) essa educação tecnológica, propedêutica e profissional, deve ser voltada para os trabalhadores rurais e para os demais sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados,

ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boias-frias, enfatizando e respeitando as suas relações com a terra, sua cultura e até mesmo com suas relações sociais.

Assim, a preocupação dos povos do campo em cultivar suas experiências, culturas e tradições, sem abrir mão do conhecimento geral e tecnológico acumulado pela humanidade desencadeia diversos movimentos sociais em prol da educação rural. Vários exemplos de conquista em relação a educação rural podem ser vistas Brasil afora, tais como as Escolas dos Assentamentos do MST, as Escolas Famílias Agrícolas – EFAs, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entre outros, que serão tratados rapidamente a seguir.

3.5 As Escolas de Famílias Agrícolas – EFAs

Segundo Bengnami et. al. (2012, p. 37), na França, na década de 1930 a “Escola Camponesa” ou *Maison Familiale Rurale* (Casa Familiar Rural) foi instituída por agricultores familiares e tal iniciativa educativa camponesa protagonizada por sujeitos do campo se torna um movimento e ganha escala mundial pela marca significativa de seus princípios e valores.

Nascimento (2005) relata que no Brasil em 1968 o enorme êxodo rural e a carência de uma força de trabalho qualificada inspirou o Padre Humberto Pietogrande da Companhia de Jesus a trazer o modelo italiano da Pedagogia da Alternância das Escolas de Famílias Agrícolas para o Espírito Santo por meio do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

Conforme o mesmo autor a experiência pedagógica brasileira como alternativa para o processo educacional implantado no meio rural, assim como na França, é marcado pela presença da Igreja, especificamente dos jesuítas. Em quase todas as EFAs do Brasil, as origens se deram com a participação de membros da Igreja no processo de proposta educacional.

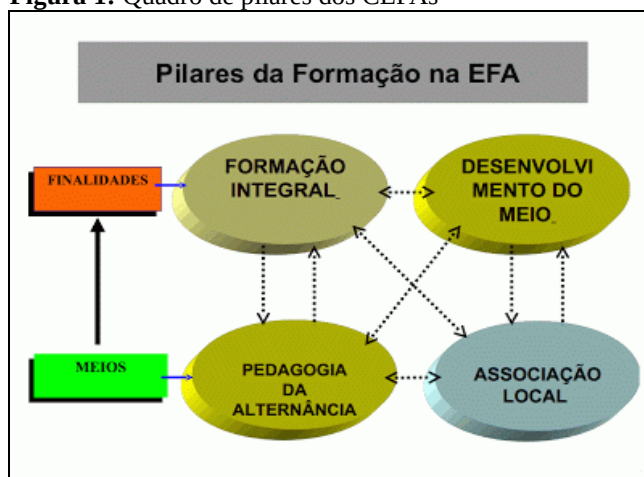
Atualmente, existem mais de 1.325 Centros Educativos Familiares na Formação de Alternância (CEFFA), em todo o mundo. No Brasil, todas as CEFFAs se articulam nas suas perspectivas locais, regionais, nacionais à Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural (AIMFR).

Segundo Ribeiro (2010, p. 292) a pedagogia da alternância consiste na articulação do Tempo Escola (TE), no qual o aluno permanece por duas semanas até dois meses frequentando aulas regularmente na escola e Tempo Comunidade (TC), no qual os educandos retornam às suas atividades na comunidade em que vive, quer seja sua propriedade familiar

particular, assentamentos, acampamentos e outros, para colocarem em prática, a partir da problematização, os cultivos e o manejo da criação que aprenderam no tempo escola.

Em 1982 criou-se a União Nacional de Escolas Famílias Agrícolas Brasileiras – UNEFAB, uma organização que apoia a formação dos sujeitos do campo tendo por princípios ou pilares a formação integral dos indivíduos e o desenvolvimento do meio rural por meio da Pedagogia da Alternância e da Associação Local, conforme explicitado na Fig. 1.

Figura 1: Quadro de pilares dos CEFAs



Fonte: Disponível em: <<http://www.unefab.org.br>. Acesso em nov./2015

Por meio destes princípios básicos o CEFFA torna-se um centro educativo de gestão comunitária com grandes possibilidades de sucesso pedagógico, unificada com os sujeitos em processo de formação, suas famílias, monitores, lideranças e profissionais e suas organizações com a finalidade de obter uma associação bem definida com fundamentos democráticos da participação efetiva de todos.

A UNEFAB (2015, s.p) define a EFAs como “[...] uma Associação de famílias, pessoas e instituições que buscam solucionar a problemática comum da evolução e do desenvolvimento local através de atividades de formação, principalmente dos jovens, sem excluir os adultos”.

As EFAs têm por objetivo facilitar os meios e os instrumentos de formação adequados ao crescimento dos educandos, tornando-os principais protagonistas do seu processo de formação e desenvolvimento integral (profissional, intelectual, humano, social, econômico, ecológico, espiritual). Por isso, os CEFFAs têm o desafio de implementar um processo permanente de formação das famílias e dos dirigentes associativos locais, bem como os coordenadores e monitores. Este processo educativo depende de um processo contínuo de

avaliações a acompanhamento por parte das equipes, conforme atesta Bengnami et al. (2012).

Conforme Bengnami et al. (2012, p. 39-40), a Pedagogia da Alternância é uma pedagogia em construção permanente e não se explica apenas na relação entre teoria e prática. Desenvolve-se também por meio das alternâncias entre instituições, dos diferentes saberes dos vários sujeitos que se interagem e se completam na construção de novos conhecimentos e, por fim, no processo metodológico entre a ação-reflexão e a ação e a prática. Nesse processo pedagógico evidencia-se uma abrangência das EFAs no Brasil distribuídas por todas as regiões geográficas e Estados

3.6 O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR⁷

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural foi instituído pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, como entidade de direito privado, paraestatal mantida pela classe patronal rural, vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA e administrado por um Conselho Deliberativo Tripartite. Inserido no chamado Sistema S tem a função de cumprir as regras estabelecidas pelo seu Conselho Deliberativo, composto por representantes do Governo Federal, da Classe Patronal Rural e da Classe Trabalhadora.

O SENAR tem como objetivo realizar a educação profissional e a promoção social das pessoas do meio rural visando contribuir por melhorias na vida profissional da população rural, na qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

O público do SENAR são as pessoas do meio rural ligadas diretamente ou não aos processos produtivos agrossilvipastoris e as turmas dos cursos ofertados são compostas por participantes compatíveis com a natureza do curso e respeitando-se a legislação vigente, valorizando a inserção daquelas que pretendem realizar atividades no meio rural.

A administração geral do SENAR situa-se em Brasília, oferecendo suporte administrativo, metodológico, pedagógico e jurídico para todas as unidades do país, além de realizar a interface com os órgãos federais, instituições nacionais e internacionais ligadas à educação e ao trabalho. Cada estado possui sua administração regional do SENAR e oferece ao seu público uma oferta educativa variada e específica às necessidades e particulares da região.

A fim de realizar os trabalhos, por não dispor de instalações físicas ou centros de treinamentos próprios, com a exceção de Bahia e Paraná, as Administrações Regionais do

⁷ Disponível em: <<http://www.senarminas.org.br>>.

SENAR estabelecem parcerias com entidades; Sindicatos Rurais; Associações dos Produtores; Entidades de Classe Organizadas; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Órgãos de assistência técnica e outros.

Nesse processo pedagógico atuam vários agentes no planejamento, operacionalização e avaliação da ação educativa do SENAR. São os Superintendentes e as equipes técnicas das Administrações Regionais, os supervisores, os instrutores e os mobilizadores. Cada um possui importantes funções específicas, que se complementam para atender às necessidades do público do SENAR com qualidade. O agente “Mobilizador” atua de forma específica no que se refere ao levantamento das demandas da região, à seleção de pessoas e organização de turmas, além da preparação do local. O agente “Supervisor” tem a importante função de interligar os demais agentes, a Instituição e os parceiros. O agente “Instrutor” é o mediador do conhecimento e da prática profissional. São profissionais como: agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, artesãos, profissionais da saúde, entre outros.

O SENAR tem suas ações vinculadas ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC, criado em 26 de outubro de 2011 por meio da Lei 12.513 e oferta formação profissional básica e técnica aos sujeitos do meio rural.

3.7 A prática pedagógica nos assentamentos do MST

Segundo Molina e Fernandes (2004, p.37) os povos do campo vêm criando, aos poucos, um projeto educativo voltado para sua realidade. A Educação do Campo, para Cadart et. al. (2004:38), pensa no campo e na sua gente, no modo de vida de cada um, na sua organização de trabalho e política e nas suas próprias identidades, conservando suas culturas, porém, para Arroyo (2004, p.54) a educação do meio rural precisa vencer o atraso, pois, sua precarização torna-se evidente no ensino infantil, fundamental I e II, na educação de jovens de adultos.

Nesse contexto o MST contribuiu muito para que a Educação do Campo se inserisse nas agendas de Políticas Públicas, sobretudo no reconhecimento dos seus direitos públicos.

A construção da Educação do campo iniciou-se em 1997, por um encontro promovido pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF entre outros, revelando uma prática pedagógica nos assentamentos que mais investe em uma educação do e para os trabalhadores do campo.

Segundo Cadart (2004, p. 224,225), esses trabalhadores rurais se mobilizam pelo direito à escola e por uma educação que faça a diferença para os seus filhos. Nesse sentido a prioridade é ensinar os camponeses a se organizarem e articularem-se dentro de seu contexto, de suas demandas e de sua organicidade. Na verdade a escola do MST caracteriza-se pela dinâmica que envolve seus educadores e alunos em questões políticas, pela reforma agrária, com formação dos sujeitos com criticidade e cidadania. A educação desenvolvida objetiva o fortalecimento da identidade e autonomia das populações do meio rural para construir um país com um povo que compreende a união entre o campo e a cidade.

Nesse sentido, o MST luta por uma educação do campo criando parcerias do município no qual está assentado. Geralmente, cria um anexo de uma escola dentro do assentamento do sem terra e oferta, normalmente a Educação Infantil e a EJA.

Segundo Quaresma (2011, p.233), o MST realiza uma prática educacional nas escolas de seus assentamentos com princípios pedagógicos e filosóficos calcados em uma educação política e crítica:

- 1) Educação para a transformação social, assumindo o caráter político do processo educativo que se vincula organicamente aos processos sociais que para além da conquista da terra, visando à transformação da sociedade atual e à construção de uma sociedade com justiça social, democrática e apoiada em valores humanistas e socialistas;
- 2) Educação para o trabalho e cooperação, considerando a cooperação como elemento estratégico para uma educação que vise a novas relações sociais e a uma organização coletiva do trabalho;
- 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana, compreendendo o caráter unilateral do homem e, conseqüentemente, da sua educação que deve integrar todas as esferas da vida humana, como por exemplo: a organizativa, a formação político-ideológica, a técnico-profissional, a formação do caráter e dos valores, a cultura e estética e a formação afetiva;
- 4) Educação com/para valores humanistas, considerando os valores que colocam no centro do processo de transformação a pessoa humana e sua liberdade;
- 5) Educação como processo permanente de formação e transformação humana, ou seja, como um processo constante e contínuo na vida do homem (QUARESMA, 2011, p.220).

Segundo a mesma autora, para além de uma formação dos seus sujeitos focados na Reforma Agrária, a educação proposta pelo MST é uma educação libertadora, voltada para a emancipação dos/as trabalhadores/as, associando o mundo do trabalho, a política, a cultura e a construção do conhecimento científico e tecnológico. Assim, no contexto da Educação do Campo, o MST constitui seu referencial para promover uma educação crítica e aberta valorizando seu contexto e contribuindo para a mudança do status quo e da visão de mundo dos seus educandos.

3.8 O Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego (PRONATEC) no meio rural

Segundo o MEC (2016)⁸, o Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica e Tecnológica e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Entre as suas ações, destaca-se a Bolsa-Formação que fomenta a expansão da formação profissional de nível básico para trabalhadores, por meio dos cursos de qualificação ou Formação Inicial e Continuada (FIC) e os Cursos Técnicos para jovens ingressos ou egressos do Ensino Médio. O Ministério da Educação (MEC) é o proponente desta política, o qual conta com uma rede de parceiros ofertantes dos cursos: os Institutos Federais (IFs), CEFETS, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, Sistemas Estaduais, Municipais e Distrital de Educação, o Sistema “S” (SENAR, SENAI, SENAC, SENAT) e instituições privadas.

Criado pelo Governo Federal, por meio da Lei 12.513/2011, o PRONATEC, instituído pelo governo Dilma Rousseff intensifica o programa de expansão da Educação Profissional em todo o país. Tem o objetivo de expandir, interiorizar, democratizar e disponibilizar cursos técnicos e profissionais de nível médio e cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

A modalidade PRONATEC Campo é demandada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que é responsável por mobilizar as bases e levantar o público interessado em fazer os cursos. O MDA também é o responsável em buscar os ofertantes e fazer a pactuação com o MEC para que os cursos sejam oferecidos. O PRONATEC Campo é uma oportunidade de cursos de formação profissional para os diversos públicos da agricultura familiar: Agricultores /as familiares; Assentados/as e acampados/as da reforma agrária; Assalariados/as rurais; Indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais: ribeirinhos, pescadores, vazanteiros, quebradeiras de coco, faxinalenses, extrativistas, caiçaras entre outros (MDA, 2016).

Nesse contexto O PRONATEC Campo visa a formação profissional para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável em bases territoriais e agroecológicas, fortalecer as capacidades produtivas e gerenciais no campo com ampla oferta de cursos para diferentes públicos do meio rural, compostos por agricultores e

⁸ Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/>>

agricultoras familiares, jovens, povos e comunidades tradicionais, assalariados e assentados da reforma agrária. A metodologia do Programa intercala um período de convivência na sala de aula e outro no campo.

Segundo o MDA (2016), o PRONATEC Campo oferece uma grande quantidade de cursos, tanto para a modalidade de qualificação profissional básica (os cursos FIC), quanto para a modalidade de Cursos Técnicos, tais como: Açaicultor, Agricultor Orgânico, Apicultor, Auxiliar Técnico em Agroecologia, Avicultor, Agente Cultural, Auxiliar Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Agente de Desenvolvimento Socioambiental, Agente de Desenvolvimento Cooperativista, Auxiliar de Fiscalização Ambiental, Agente de Alimentação Escolar, Agente de Projetos Sociais, Artesão de Cerâmica, Horticultor, Bovinocultor de Leite, Cafeicultor, Piscicultor, Operador de Trator de Pneu, Jardineiro, Marceneiro Pedreiro de Alvenaria, Operador de Beneficiamento de Café, Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças, Produtor de Derivados do Leite, Condutor Ambiental Local, Produtor de Embutidos e Defumados, Viveirista, entre outros. Cursos técnicos de nível médio: Técnico em Agroecologia, Técnico em Administração, Técnico em Agroindústria, Técnico em Agropecuária, Técnico em Cooperativismo, • Técnico em Zootecnia, dentre outros.

A iniciativa faz parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e integra o Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO) do Governo Federal. A oferta de vagas é realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Os Institutos Federais, as escolas vinculadas às universidades federais, redes estaduais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e o SENAR oferecem os cursos em todo o País.⁹

3.9 Os Movimentos Sociais Rurais e a Marcha das Margaridas

Segundo Gohn (2011, p. 335) movimentos sociais são “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”. Tais ações sociais podem ser expressas de várias formas:

os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão

⁹ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-de-40-mil-vagas-est%C3%A3o-dispon%C3%ADveis-para-cursos-do-pronatec-campo#sthash.IAG97h13.dpuf9>>

e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede (GOHN, 2011, p.336).

Para a autora, os movimentos sociais se ampliaram ultrapassando as fronteiras das nações; são transnacionais. Retratando o meio rural, para Gohn (2011, p. 338), a ampliação das fronteiras dos movimentos sociais, eventualmente acontece, com uma articulação com os movimentos urbanos, mas muitas vezes a questão central é rural, lutando por questões locais. No entanto, apesar das diferenças existentes nos movimentos transnacionais, todos se unem por mudanças sociais significativas, tais como o fim da exclusão e da miséria, dos conflitos sociais, em busca de consenso para democratizar as ações em conjunto etc. Os movimentos propõem outro tipo de globalização, alternativas baseadas no respeito às diferenças locais, e com isso constroem uma rede de globalização que expressam-se nos fóruns mundiais, mas sobretudo na redes de defesa dos direitos humanos, nas lutas contra a fome e defesa de produção alimentar, na defesa do meio ambiente, na luta pela paz, contra a exploração do trabalho infantil, pelo direito das minorias, etc. (GOHN, 2011, p. 338).

As ações populares defendem seus interesses de várias formas e se transformam no tempo e no espaço, por meio de uma inquietação e insatisfação de um determinado coletivo social. O processo dos movimentos sociais foi ancorado em organizações, fundações, sindicatos, apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos dos numerosos recursos públicos criados) e por equipes de profissionais, que foram escolhidos não por suas ideologias, mas, por sua experiência de trabalho, conforme Gohn (2011). Este novo cenário deu-se através da institucionalização das práticas populares na própria sociedade civil, por meio de conferências ou por meio de políticas públicas.

No Brasil, segundo Foschiera (2004) o campo continua sendo local de muitos embates sociais. A luta pela terra por aqueles que não a possuem e para quem as ocupa, embora não tenha documentação, cria uma tensão permanente entre os sem terra e posseiros de um lado e os latifundiários de outro.

Grzybowski (1988, p.12) apresenta um cenário das lutas do campo com um objetivo bem delimitado:

a Democracia, nesta análise, mais que um projeto necessário é um processo: processo de conquista e consolidação de organizações e práticas democráticas na chamada sociedade política, e processo de ampliação da participação e de autonomia da sociedade civil, criando condições de maior igualdade econômica e política, enfim, processo de criação de uma nova legalidade (GRZYBOWSKI, 1987, p.12).

A democracia é, portanto vista como um produto social e construídas por práticas

constitutivas dentro dos movimentos sociais que expressam suas existências e suas insatisfações contra a sociedade hegemônica, por meio da prática política.

Segundo Grzybowski (1987, p. 17) as mobilizações de massa de trabalhadores rurais já eram comuns no período anterior ao Golpe Militar de 1964, através da Liga das Camponesas (Nordeste), das Associações de Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás) e do MASTER (Rio Grande do Sul). As ligas camponesas retiram a reforma agrária da discussão, no âmbito da política e da academia, e transformam em instrumentos da luta de massas, no Brasil, porém, como eram filiadas ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, não adquiriram nem durabilidade e nem relevância (RIBEIRO, 2010, p.31).

Ainda conforme Ribeiro (2010, p.31-32), no Rio Grande do Sul surgiu o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), no final da década de 1950. O movimento incluía a construção de acampamentos visando entrar na posse de terra, com apoio do Partido dos Trabalhadores Brasileiro- PTB e por outro lado contava com o apoio da Igreja Católica na criação de Sindicatos Rurais.

Grzybowski (1987, p. 24) corrobora com a afirmativa de que o Movimento dos Sem Terra- MST contava com o apoio logístico e a direção política de certos setores da Igreja Católica, particularmente com a Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Segundo o autor o movimento, além de ocupar áreas organizando acampamentos, criaram situações de fato obrigando o Estado a intervir, através de juízes, policiais, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), políticos, visando a garantia da posse da terra e sua reintegração aos pequenos proprietários.

Na mediação e representação dos trabalhadores rurais destaca-se, na época, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em nível nacional as FETAGs (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) em nível estadual. A CONTAG congrega 27 Federações de Trabalhadores Rurais, com 3.770 sindicatos. Ainda, segundo Ribeiro (2010, p.32), o golpe militar, que instaurou a ditadura de 1964, interrompeu este processo, destruiu organizações, perseguiu e torturou e assassinou lideranças, colocando a CONTAG e os sindicatos dos trabalhadores rurais sob grande controle do Estado, e assim anulou sua natureza reivindicatória.

Foschiera (2004) afirma que os grupos sociais populares organizados em 1964 eram violentamente reprimidos pelo regime militar e, praticamente, desapareceram. Em meados da década de 1970 as organizações voltaram a ocupar espaço, mas de forma renovada, pois grandes transformações haviam ocorrido na forma e nas relações de produção. A partir daí segundo Grzybowski (1987, p.17) com a derrota do regime militar e a transição da Nova

República em curso, nota-se uma generalização de lutas sociais no campo, com a entrada em cena de novos segmentos de trabalhadores.

A diversidade dos movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade dos segmentos existentes, o modo de viver e enfrentá-las (idem, p. 17). Os movimentos sociais se diversificaram de acordo com o segmento de trabalhador rural, conforme os interesses em comum, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e de vida. Cabe salientar que a luta pela terra se configura histórica e politicamente pela diferenciação de classes existente no interior dos trabalhadores rurais contra a expropriação imposta pela expansão capitalista. As formas não são homogêneas, pois envolvem diferentes agentes camponeses a que elas se opõem. Dentre os diferentes agentes devido a sua amplitude, citam-se alguns para explicitar os movimentos sociais no campo.

Inicia-se com os movimentos dos posseiros localizados nas áreas tradicionais, de ocupação mais antiga, onde predominaram latifúndio-minifúndio em diversificadas partes do país. Conforme Grzybowski (1987, p.19), a mudança das relações sociais, sobretudo através da grilagem de terras e da pecuarização, acarretando a expulsão dos posseiros, dá origem a esse movimento que está pautado na expropriação dos posseiros por empresas agropecuárias e reflorestadoras, no geral favorecidas pelo investimento fiscal. Infere-se que o interesse dos grandes industriais na expansão territorial das empresas com intuítos de aumento comerciais e financeiros. Contra esse fenômeno surgem os movimentos, sendo o maior deles o Movimento do Sem Terra, pois apresenta-se com uma maior articulação política e maior homogeneidade na forma de luta.

Nesta luta pela terra, Grzybowski (1987, p.22) explicita que o Movimento dos Sem Terra é composto por todos os trabalhadores rurais que agem e pensam como camponeses e aspiram ter a terra. Este movimento sempre teve o apoio da Igreja Católica que é um canal de expressão política dos movimentos sociais do campo e da CONTAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, conforme confirma Gohn (1995). Neste contexto, de apoio aos movimentos sociais, de acordo com Ribeiro (2010, p. 33), além da presença da Igreja, os partidos políticos de esquerda apoiam na formulação de propostas.

O sentido político do movimento sem terra está na exigência de medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e sua integração econômica e social como pequenos proprietários, como afirma Grzybowski (1987, p.24).

Também o Movimento das Barragens revela uma expropriação mais complexa, pois envolve projetos de irrigação e interesses latifundiários em um processo de modernização das fazendas das empresas industriais, comerciais e financeiras que territorializam, conforme

explica Grzybowski (1987, p.25). Os maiores e principais movimentos estão ligados ao processo de construção de barragens para a geração de energia elétrica.

3.9.1 As trabalhadoras rurais e os movimentos sociais

Conforme assinalam Menezes e Gama (2013), as mulheres constituem-se um grupo majoritário, vítima de violência sexista e de preconceito, que precisa se encorajar para lutar contra ao sistema patriarcalista e preconceituoso da sociedade.

Para Motta (2006, p.347),

Construir-se como mulher trabalhadora rural envolve vivenciar uma experiência traspçada por mecanismos que promovem objetivações e subjetivações que formata e institui sentimentos, atitudes e símbolos próprios. [...] As vivências no movimento social permitem refazer a percepção e a posição das mulheres no mundo que as cerca - e dentro delas mesmas - e vão permitir a reinterpretação de conceitos.

Infere-se, segundo a autora, que as mulheres do campo inseridas nos movimentos sociais alteram sua visão de mundo e constroem identidades de trabalhadora e cidadã, pois, é possível evidenciar em seus comportamentos uma dimensão individual da construção identitária, na qual cada uma vê a si e se sente como uma mulher trabalhadora rural. Tais mulheres, antes de se ingressarem no movimento eram o estereótipo da opressão e, após o engajamento, evidenciam-se movimentos de resistência e de deslocamento das barreiras da discriminação de gênero no meio rural.

Nesse processo de formação identitária e de construção de visão de mundo, por meio dos movimentos sociais, Gohn (2001, p.13) alerta que “à medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas de subsistência e surgem concepções de alternativas de direitos”.

Tal assertiva é corroborada por Motta (2006) quando exemplifica o processo de formação das trabalhadoras rurais por meio de sua trajetória laboral e de suas experiências projetadas nas condições sociais, históricas e políticas do grupo. A partir do aprendizado advindo das lutas e da produção coletiva da justiça social, acontecem momentos de grande subjetivação e elas passam a adquirir outras visões de mundo.

Nesse sentido, segundo Freire (1998), as mulheres do campo ao se vincularem nas reuniões de cooperativas, sindicatos, espaços religiosos, educação do campo e nos movimentos sociais em geral, adquirem uma formação para o trabalho, para a leitura do mundo e tornam-se cidadãos de fato e de direitos.

Em se tratando do meio rural, em 1980 ocorreram os primeiros movimentos específicos de mulheres trabalhadoras do campo, muitos deles motivados nos espaços religiosos, outros pelos movimentos sindicais e partidos políticos. Esses movimentos tiveram mais reconhecimento a partir das realizações de encontros, congressos, passeatas, caminhadas e marchas. (FERNANDES, 2012).

Nos movimentos sindicais rurais as trabalhadoras do campo expõem seus problemas, reivindicam seus direitos e buscam respostas do governo, em forma de políticas públicas que promovam a equidade no meio rural e o fim da desigualdade de gênero.

Segundo Menezes e Gama (2013), destacam-se o 1º Congresso da Mulher Camponesa no Rio Grande do Sul em 1982; o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras em 1983; o Movimento do dia 08 de Março de 1984 reunindo mais de mil trabalhadoras rurais; o 1º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais, com participação em torno de 10 mil mulheres em 1985; a Caminhada das Mulheres da Roça em Brasília em 1986.

Em Minas Gerais, assim como em outros estados, a organização das mulheres trabalhadoras rurais foi marcada, em seu início, por bandeiras de luta como a Reforma Agrária, o direito de sindicalização das mulheres e a construção de um novo modelo de organização sindical. Nesse sentido, a sua inserção como sujeitos políticos esteve marcada por lugares e por oposições que não podem ser reduzidos simplesmente aos interesses do Movimento Sindical Trabalhador Rural e da Classe Trabalhadora, mas evidenciam uma união conjunta aos movimentos feministas que também se fortaleceram nessa época.

Para Magalhães (2008, p.27), “os movimentos em Minas Gerais tiveram visibilidade através da Comissão Estadual das Trabalhadoras Rurais (CEMTR), composta por um grupo de trabalhadoras rurais organizados dentro da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (FETAEMG)”. A Comissão existe desde 1989 e hoje tem representantes em todos os polos de atuação da FETAEMG em Minas Gerais filiadas à Comissão Nacional de Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

A Entidade Sindical FETAEMG representa a classe trabalhadora rural em seus diversos segmentos, como acampados e assentados da reforma agrária. Dentre eles, agricultores familiares, assalariados rurais, mulheres jovens e da terceira idade de trabalhadores do campo. Insere também um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável, com o objetivo de preservar o ambiente, construir parcerias, organizar a produção e capacitar lideranças, promovendo o bem estar dos trabalhadores rurais.

Atualmente a organização dos trabalhos são pautados por alguns pontos reivindicados pela Marcha das Margaridas, com ênfase no combate à violência contra as

mulheres e na área da saúde. A CEMTR tem a função de organizar as comissões regionais e locais de trabalhadoras rurais buscando incentivar a sindicalização das trabalhadoras rurais.

Este movimento é uma grande conquista para mulheres trabalhadoras rurais, por se tratar da maior mobilização de massas organizado pelas trabalhadoras rurais no Brasil, que “[...] teve como resultado, além da visibilidade e reconhecimento social, a negociação de programas e políticas públicas voltadas para o acesso das mulheres à terra, assistência técnica, crédito, políticas sociais e direitos de cidadania” (CNMTR, 2008, p.9).

3.9.2 A Marcha das Margaridas

Na luta pelos direitos das mulheres do campo destaca-se a produtora rural Margarida Alves, cuja história de lutas e morte trágica, inspirou, e ainda inspira, trabalhadoras rurais em todo Brasil. Margarida Alves nasceu em 05 de Janeiro de 1.933, em Alagoas Grande, Estado de Pernambuco, filha mais nova de uma família de nove filhos. Sempre trabalhou no campo e era defensora dos direitos humanos, sempre à frente de movimentos sociais em busca de direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. Era sindicalizada e foi eleita como presidente do Sindicato Rural em 1.973. Em sua luta no sindicato, pela melhoria de vida dos trabalhadores rurais, liderou mais de cem processos trabalhistas contra a então Usina de Açúcar de Pernambuco, entrando em confrontos diretos várias vezes com os proprietários da empresa.

Segundo a FETAESC (2015) a sindicalista não se intimidava com esses conflitos, dizendo, várias vezes em seus discursos, que estava sendo ameaçada. Um dia antes de ser morta, Margarida discursou num evento e deixou claro que estava recebendo ameaças. Disse uma frase emblemática que marcou sua representação de força e luta da imagem da mulher ruralista: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome!” Assim, em 12 de Agosto de 1983, Margarida foi assassinada com um tiro no rosto, por um matador de aluguel, na porta de sua casa, diante de seu marido e filho, familiares e vizinhos.

Este acontecimento comoveu, não só os produtores rurais, mas também a opinião pública de todo o país. A partir de então, Margarida Alves tornou-se o símbolo de luta das mulheres rurais e seu nome lembrado em todo o Brasil, pela “Marcha das Margaridas”, movimento de luta e reivindicações dos direitos da mulher trabalhadora rural.

Segundo Fernandes, (2012, p.31), “a Marcha das Margaridas surgiu da grande necessidade que as mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta têm pela igualdade de gênero”. Trata-se de uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das

águas.

A primeira se refere às mulheres das florestas que são trabalhadoras que almejam e defendem uma política de Reforma Agrária diferenciada para a Amazônia, com garantias e acesso ao território social, através das Áreas de Uso Coletivo, como Reserva Extrativista (REDEX), os Projetos de Assentamentos Extrativistas – PAE, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Essas mulheres lutam pela preservação e conservação das florestas, porque para elas são lugares de produção econômica e moradia das populações extrativistas.

A segunda diz respeito às mulheres representantes das águas são trabalhadoras das comunidades tradicionais pesqueiras milenares, inclusive das áreas ao longo dos oito mil quilômetros do litoral brasileiro e dos manguezais. Estes locais asseguram essas mulheres renda e segurança alimentar para estas populações que justificam “Mulheres das Águas e Marés, matem a biodiversidade local.

As trabalhadoras são mulheres extrativistas Costeiras Marinhas, Marisqueiras, Caranguejeiras, Camaroeiras, Pescadoras, Artesanais, Caiçaras, Pantaneiras, Reitireiras/Parteiras, Ribeirinhas e Agricultoras Familiares, muitas, migrantes para o lugar úmido¹⁰. Estas mulheres lutam para conquistar a visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. Promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, Federações e Sindicatos, a Marcha se firmou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras, movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e internacionais. Realizada a partir do ano 2000, a Marcha das Margaridas se consolidou na luta contra a fome, a pobreza e a violência sexista no campo.

A primeira Marcha das Margaridas ocorreu ano 2000, no período de governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, com forte denúncia ao projeto neoliberal de governo que atingia diretamente o meio rural, apresentando uma pauta de reivindicações para negociação. Esta marcha aliou-se à Marcha Mundial das Mulheres, com razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista. (CONTAG, 2015).

Em seu primeiro ano, a Marcha das Margaridas articulada com a Marcha Mundial das Mulheres, contou com a participação de cerca de 20 mil trabalhadoras; em 2003, foram mais de 40 mil participantes. Houve uma preparação durante dois anos, por meio de realizações de reuniões e seminários, buscando ouvir representantes de diversos grupos de

¹⁰ A definição das Mulheres das marchas estão disponíveis no site: www.contag.org.br

mulheres de todos os estados, para que o movimento fosse igualitário.

Foram dois anos de preparação, com reuniões, debates, seminários e atividades diversas nas comunidades, municípios, estados e na capital federal, para debater os temas da Marcha, elaborar materiais de divulgação, compor a pauta de reivindicações e reunir os recursos necessários para realizar a mobilização nacional. (CNMTR, 2008, p.5).

Os recursos financeiros necessários para que o movimento acontecesse foram arrecadados através de ações coletivas e parcerias com prefeituras e estados.

Ainda conforme dados da CONTAG (2015), em 2007, aconteceu a terceira Marcha das Margaridas, a maior manifestação pública rural ocorrida até aquele momento, com a participação de 50 mil manifestantes. Em 2011, a Marcha aconteceu com a participação de mais de 60.000 participantes. As mulheres do campo e da floresta puderam demonstrar sua capacidade de participação coletiva num ato político. Esta grande ação coletiva teve a estratégia de unir mulheres vindas de diferentes lugares do país, diferentes raças e origens. Essa mobilização contou com participantes dos níveis estadual, federal e de outros países, com a preocupação

[...] de reivindicar os direitos trabalhistas, bem como o fim da violência doméstica, preservação do meio ambiente, reforma agrária, agro ecologia e soberania alimentar. (CNMTR, 2008).

Procura ainda fortalecer e ampliar a organização, mobilização e formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, reafirmar constantemente o protagonismo e dar visibilidade à contribuição econômica, política e social das mulheres do campo, da floresta e das águas. Visa, assim, a construção de um novo processo de desenvolvimento rural voltado para a sustentabilidade da vida humana e do meio ambiente.

A partir de uma perspectiva feminista, o movimento apresenta, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Contribuindo para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos visa a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais, protesta contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional daqueles/as que vivem distantes dos centros urbanos e, muitas vezes, esquecidos/as nas políticas públicas; denuncia e protesta contra todas as formas de violência, exploração e discriminação e busca avanços na construção da igualdade para as mulheres no meio rural. A cada ano, a Marcha das Margaridas atualiza e qualifica a sua pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e

das águas, considerando as suas especificidades.

3.9.2.1 As conquistas da Marcha das Margaridas

Segundo a CONTAG (2015), no decorrer das quatro manifestações da Marcha das Margaridas realizadas no Brasil, as trabalhadoras rurais conseguiram algumas conquistas no campo de disputa da sociedade¹¹. Para garantir o acesso à terra e à sua documentação, dar apoio às mulheres assentadas e à produção da agricultura familiar, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR (com unidades móveis em todos os estados), por meio do qual foram atendidas mais de um milhão de mulheres.

Dentre as maiores conquistas das mulheres por meio da Marcha das Margaridas, destacam-se:

- Titulação Conjunta Obrigatória da Terra – Edição da Portaria 981 de 2 de outubro de 2003. Em decorrência, hoje, mais de 70% dos títulos de terra emitidos têm a mulher como primeiro titular;
- Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres à terra;
- Edição da Instrução Normativa- IN 38 de 13 de março de 2007 – normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, dentre elas a prioridade às mulheres chefes de família;
- Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) Mulher e ampliação da participação das mulheres no PRONAF, e garantia da destinação de 30% por cento do total de recursos disponíveis para uso exclusivo das mulheres;
- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e da ATER para Mulheres, passo importante para que na 2ª Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural fosse deliberada a paridade, ou seja, 50% de atendimento para as mulheres, medida oficializada a partir do Plano Safra de 2014/2015;
- Garantia de inclusão de no mínimo 30% das mulheres como beneficiárias do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER;
- Criação do Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres;

¹¹ As conquistas da Marcha das Margaridas encontram-se disponíveis em: <<http://www.contag.org.br>>

- Apoio para a realização de feiras para comercialização dos produtos dos grupos de mulheres;
- Criação e implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO);
- Criação Do Programa de Habitação Rural com Comitê Gestor que integra a participação efetiva das mulheres trabalhadoras rurais e garante moradias para as mulheres “chefes de família” e escritura conjunta do casal para imóveis rurais obtidos por meio do Programa;
- Luta pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas;
- As conquistas pelos direitos trabalhistas e Previdência Social com a manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos;
- A representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho;
- A inclusão de ações específicas para a ampliação e garantia de direitos das mulheres empregadas rurais na Política de Empregados Rurais;
- Implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras (ES) em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convênio com Ministério da Saúde.
- Reestruturação do Grupo Terra, responsável pela construção da política de saúde para a população do campo.

Segundo a CONTAG (2015), outra conquista importante foi a Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no Ministério da Educação e Cultura e a constituição do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil no Campo, com o objetivo de definir as diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo, que orienta a implementação de creches no meio rural.

Ressaltam-se também a criação e funcionamento do Fórum Nacional e Estadual de Elaboração de Políticas para o enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e a elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais. E por fim, a entrega de 54 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência em áreas

rurais, incluindo unidades móveis pluviais para a região amazônica.

Segundo a CONTAG (2015), outra conquista importante foi a Criação da Coordenadoria de Educação do Campo no Ministério da Educação e Cultura e a constituição do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil no Campo, com o objetivo de definir as diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo, que orienta a implementação de creches no meio rural.

Ressaltam-se também a criação e funcionamento do Fórum Nacional e Estadual de Elaboração de Políticas para o enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e a elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais. E por fim, a entrega de 54 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência em áreas rurais, incluindo unidades móveis pluviais para a região amazônica.

3.10 A Marcha das Margaridas no Norte de Minas Gerais: lócus da pesquisa empírica

A Marcha das Margaridas, na região semiárida da bacia do Rio São Francisco no Estado de Minas Gerais, vem acontecendo com o Coletivo das Mulheres do Norte de Minas, composto por mulheres quilombolas, indígenas, geraizeiras, caatingueiras, vazanteiras, agricultoras familiar, atingidas por barragens, pela monocultura do eucalipto ou pela mineração, assentadas da reforma agrária e trabalhadoras rurais ou urbanas. Objetivam denunciar e debater sobre a realidade e necessidades das comunidades e municípios da região, reivindicar direitos e consolidar parcerias e políticas públicas favoráveis para as mulheres norte mineiras.

Iniciou-se em 2009 com a participação de 500 mulheres. Em 2010 participaram da segunda Marcha, em torno de 1000 mulheres da região da Serra Geral, Nova Porteirinha e Janaúba. Em 2011 realizou-se a terceira Marcha com a participação de 2000 mulheres da região de Taiobeiras

Na cidade de Porteirinha¹², o Coletivo das Mulheres é coordenado por Maria de Lourdes Souza Nascimento, que vem, ao longo desses anos, realizando reuniões com as mulheres da cidade e das regiões próximas, com o intuito de levantar suas demandas e, assim, elaborar uma pauta de reivindicações para serem levadas à Brasília pela Marcha das

¹² O município de Porteirinha localiza-se ao norte do Estado de Minas Gerais na região da Serra Geral de Minas, abrangendo uma área de 1.749,68 km², com população estimada em 38.720 no ano de 2015. Os municípios limites ao norte são Monte Azul, Mato Verde e Pai Pedro; ao sul, Riacho dos Machados; a leste Rio Pardo de Minas e Serranópolis de Minas e a oeste Nova Porteirinha e Janaúba

Margaridas.

Para a realização da Marcha, as mulheres dependem de contribuições dos comerciantes e colaboradores locais com a doação de alimentos, água e proteção policial para que o evento aconteça sem nenhum contratempo.

Conforme esclarece, Maria de Lourdes, coordenadora do Coletivo de Mulheres,

[...] em Taiobeiras realizamos (a Marcha) com 2000 mulheres e foi muito bacana. Aí, a credibilidade no Sindicato aumentou, os comércios começaram a ajudar a gente e doações dos fazendeiros.

Nas Marchas as mulheres têm a oportunidade de divulgar os produtos produzidos por elas e, em parceria com o SENAR realizam oficinas de formação profissional, compartilhando seus saberes. Assim, criaram uma feira, na qual expõe os produtos para comercialização.

Em 2013 a Marcha foi em Porteirinha, com 3000 mulheres. Foi pesada e de forma diferente, Marchar por Marchar, não. Queríamos mostrar o que “nós produzia” e fizemos oficinas com reciclagem de papel, com medidas alternativas pra combater pragas e doenças, homeopatia e como valorizar as plantas medicinais da região, a tecelagem pra aproveitar o algodão e mostramos o passo a passo (Maria de Lourdes) (sic).

Em 2014 duas Marchas foram realizadas, sendo uma em Indaiabira e, outra em Ibiracatu, municípios próximos a Porteirinha, com a participação de 500 mulheres.

Durante as Marchas temas tais como: violência contra as mulheres; invisibilidade e desvalorização do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres; mineração como fonte de destruição; trabalho e salários dignos; desigualdades no trabalho assalariado, entre outros, são discutidos e melhorias reivindicadas por elas.

Por desconhecerem e até pela naturalização de alguns tipos de violência doméstica física e verbal, o Coletivo de Mulheres organiza reuniões mensais para esclarecer, orientar e apoiar essas mulheres. Por isso o tema “violência contra a mulher” se destaca em todas as Marchas devido ao alto índice de violência sofrido por elas no Norte de Minas. As Marchas contribuem na medida em que denunciam todas essas formas de violência e bradam por políticas públicas que possam minimizar e impedir tais comportamentos.

Ressalta-se que a invisibilidade e a desvalorização do trabalho doméstico e produtivo realizado pelas mulheres no meio rural são ainda mais frequentes do que nas zonas urbanas, retratando uma categoria de trabalhadores oprimidas e exploradas por uma sociedade capitalista e patriarcal. Desse modo, denunciam as desigualdades evidenciadas no trabalho

produtivo que, embora realizado por elas em grande medida, é apropriado pelos homens.

Acerca do tema “mineração não é desenvolvimento, mas destruição”, após a instalação de uma mineradora na região, as plantações e a pecuária vêm sendo impactadas com a monocultura do eucalipto, a destruição da natureza, a concentração e grilagem de terras e exploração dos/as trabalhadores/as. Cabe salientar que o movimento colocou em pauta em Brasília a restrição do uso da água potável para a mineração, com o objetivo de estabelecer metas de redução de consumo de água nas grandes indústrias da região¹³.

¹³ Disponível caderno da marcha das Margaridas 2015/<http://www.contag.org.br>

4 A MARCHA DAS MARGARIDAS DO ANO DE 2015

A Marcha das Margaridas do ano de 2015 ocorreu no dia 11 e 12 de agosto de 2015 em Brasília e reuniu mulheres de todas as regiões do Brasil. A Marcha teve o intuito de reafirmar e ampliar políticas públicas para o repasse de recursos para vencer a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência no campo. Para assegurar o respeito e a qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, proteção social, educação, saúde e previdência social, além de garantia de trabalho, relações de trabalho justo, em especial para mulheres trabalhadoras rurais.

4.1 Relato da observação participante¹⁴

No dia 08 de agosto de 2015, cheguei à cidade de Porteirinha e fui recebida pela Presidenta do Sindicato dos Agricultores do Norte de Minas, Maria Lourdes. Percorremos mais 18 Km de estrada de terra para chegar até sua fazenda. Pude perceber que o local possui vegetação semiárida, as propriedades na região passam por sérios problemas devido à seca, o que dificulta o plantio e a criação de animais. Durante o trajeto até a casa da líder sindical, a agricultura familiar é comum na região, o que torna o município mais acolhedor. O meio de transporte mais usado entre as pessoas eram motocicletas, carro, bicicletas.

A líder sindical foi muito agradável e prestativa e pediu que eu ficasse próxima dela durante a realização de suas atividades domésticas. Na propriedade de Maria de Lourdes havia uma grande horta, plantações de cacto, gatos, galinhas, pavão, vacas, porcos e possuía um grande reservatório de água de 50.000 litros. Conversamos sobre vários assuntos relacionados ao Coletivo de Mulheres do meio rural e a Marcha das Margaridas do Norte de Minas Gerais. Durante essas conversas percebi que Maria de Lourdes é uma mulher envolvida com a comunidade, mostrou grande preocupação em unir as produtoras rurais em busca de algo melhor não para si mesma, mas para todas as mulheres.

Ela assim relata:

Em 2009, nessa organização a gente foi conversando e ampliando as conversas com as mulheres. Nós resolvemos, com o desafio da violência com as mulheres e esses impactos ambientais que há muito tempo vem afligindo a gente. A gente resolveu fazer uma passeata: a marcha em 2007 em Montes Claros pra reivindicar o respeito

¹⁴ Por se tratar de um relato da observação participante da pesquisadora sobre a Marcha das Margaridas realizada no ano de 2015, a partir dos vídeos, gravações e anotações no “diário de campo”, tomou-se a liberdade de se utilizar a primeira pessoa para tornar o texto mais pessoal e apresentar sua subjetividade.

às mulheres, o combate à violência e as questões ambientais. Organizamos pra fazer uma Marcha com 300 mulheres e lá nós colocamos mais de 400 mulheres. Em 2010, fizemos a segunda Marcha aqui na Serra Geral, abrangendo Nova Porteirinha e Janaúba. Preparamos pra fazer com 500 e fizemos com 1000 mulheres. Em 2011, nós realizamos a terceira. Foi lá “ne” Taiobeiras com 2000 mulheres. Em 2013, foi realizada em Porteirinha com 3.000 mulheres. Em 2014, nós fizemos duas pequenas com 500 mulheres. Uma em Indaiabira e fizemos uma em Ibiracatu com 500 mulheres num movimento nunca visto pelo Município. Não tinha como fazer grande, por causa que o município não tinha estrutura, aí tínhamos que fazer porque estava acontecendo algumas coisas lá, e tinha que chamar a atenção na questão de violência, agressões, desrespeito com as mulheres (sic).

Durante as nossas conversas Maria de Lourdes, ficou evidente sua preocupação com o desenvolvimento da região, pois instalaram uma mineradora a 300 metros das plantações da cidade de Janaúba e as consequências ambientais já têm ocorrido na região.

No dia seguinte, nos reunimos na sede do Coletivo das Mulheres em Porteirinha, local bem amplo e onde funciona também a Secretaria de Agricultura de Porteirinha. A líder sindical era muito solicitada para resolver todos os problemas da viagem como: ônibus, documentação dos passageiros, alimentação para todas as produtoras e sem distinção, afinal, tudo era feito coletivamente.

Mediante nossas conversas, percebi que além de uma educação baseada nos valores oferecida aos filhos, as produtoras apresentam aparência cansada pelo esforço laboral no campo, mas não perderam sua feminilidade e objetivos na busca de algo melhor.

Partiram dois ônibus de Porteirinha que nos levariam até Brasília. Ao iniciarmos a viagem, as mulheres se uniram em oração e com cânticos regionais seguimos viagem. Foi uma viagem longa e difícil, em ônibus precários e estradas esburacadas, porém, via-se nos rostos das mulheres o entusiasmo e a esperança. Depois de 814 Km percorridos chegamos a Brasília no dia 11 de agosto.

Aproximadamente 70.000 lavradoras e produtoras rurais chegaram na Capital Federal de suas cidades em caravanas e ficaram alojadas no Estádio Mané Garrincha. Do mesmo modo houve grande presença de homens, os quais eram companheiros sindicalistas, maridos, filhos e amigos das mulheres da Marcha. Cada pessoa era cadastrada pelos organizadores do evento e recebia uma pulseira com o nome, número de seu CPF e sua região de origem. Os corredores do estádio foram divididos por andares e cada Estado ocupava um determinado andar, no qual os banhos eram tomados em banheiros coletivos e a comida preparada e servida para todos. Na parte térrea ficaram expostos e à venda os trabalhos manuais das mulheres, evidenciando a riqueza e a diversidade cultural do Brasil.

Aproximei-me de algumas mulheres e disse que gostaria de conversar com elas sobre o que estavam achando da Marcha, das instalações etc.

Na chegada eu achei que faltou um pouquinho de organização, mas quanto a instalação a gente sabe que é um pouco complicado. Aonde que eles vão colocar tanta mulher? A gente sabe que um evento deste tamanho tem um custo muito alto. É impossível hospedar este monte de pessoas. A gente sabe que não tem outra alternativa, né? Só deles disponibilizarem um espaço desses, a gente entende que eles quer contribuir da melhor maneira possível. As mulheres vieram aqui com um propósito, então tem que aguentar... (sic)

Nem tudo é flores. Assim como nós passamos dificuldades no campo, aqui também passamos por dificuldades. Nós viemos aqui pra trazer uma pauta pro governo, dizer que bom, não está não. Nós não temos outra alternativa (sic).

Questionei se era a primeira vez que participavam da Marcha.

Já é a terceira vez. E participo de outras Marchas no Norte de Minas, na região da grande BH, manifestação de mulheres. A gente tem participação grande no movimento, porque a gente acredita que participando é que podemos mudar alguma coisa. Já tivemos muitas conquistas. Mas, a gente espera que o governo nos ouça e podemos alcançar muito mais coisas, por nossos direitos, nossa cidadania, pra tirar essa ansiedade pela nossa maior busca hoje, que é a igualdade entre homens e mulheres, é o nosso direito (sic).

Isso é uma coisa que é mantida com naturalidade, mas nós sabemos e não aceitamos também. Isso já foi muito comum e natural, mas a gente luta pra ser diferente, que sejamos lideranças e lideranças respeitadas (sic).

No dia 11 de agosto, houve um encontro dos líderes sindicais, no qual havia um palanque para que as diversas questões fossem discutidas e as pautas de reivindicações apresentadas. Na ocasião, Maria Ednalva da Silva, da Secretaria de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, declarou em seu discurso que o encontro, embora composto por mulheres de regiões tão diferentes do país, apresentavam demandas muito parecidas. Destacou que,

Sejam mulheres do meu estado ou de outro, a luta é a mesma, o mesmo objetivo, a mesma dificuldade, tudo é comum. A diferença é a forma de trabalhar, umas com a uva, outras com a maçã, aqui na minha região a gente trabalha com a mandioca, com a fava. A luta em si é pela mesma causa, o mesmo objetivo.

Nesse encontro compareceram então, o ex Presidente Lula, o Senador Patrus Ananias e outros líderes sindicais como a coordenadora Geral da Marcha das Margaridas no Brasil, Alessandra da Costa Nunes; Coordenadores regionais da Central dos Trabalhadores Brasileiros; coordenadores da Central Única dos Trabalhadores; coordenadores do Partido dos Trabalhadores e a representante da Marcha Mundial das Mulheres. Nesta mesma noite, ocorreram vários discursos políticos, inclusive o dos Presidentes dos Sindicatos CTB, CONTAG, além do discurso da Ministra da Educação.

No dia seguinte, acordamos às 04h30min da manhã e encontramos o grupo das Mulheres da Marcha Mundial, que lutam pela diversidade sexual, elas batiam em latas para um chamado para todas se unirem em forma ritmada. A Marcha iniciou-se às 09h e cada estado saiu em blocos guiados por um caminhão com caixas de som e microfones, que levava os representantes dos sindicatos, percorrendo as ruas de Brasília.

Marchei uma boa parte no bloco de Minas Gerais. Aquele momento se tornou histórico, pois, ver mais de 70.000 mulheres do campo marchando para mudar as políticas em prol de todas as mulheres brasileiras foi muito emocionante. Quando chegamos a frente ao Palácio do Planalto as mulheres ergueram suas bandeiras e gritaram palavras de ordem. Conversei com uma participante e perguntei a ela o que havia achado da Marcha.

Ótima muito boa. Acho que foram mais de 100.000 mulheres. É a quarta vez que participo, com muita honra, graças a Deus. Estou aqui e quero continuar e se precisar estarei aqui de novo. Não desistir. Mesmo com as dificuldades vou lutar que nós chegamos lá. Nossa, eu adoro a marcha (sic).

Retornamos, após a Marcha, para o Estádio Mané Garrincha e aguardamos o pronunciamento da então Presidenta, Dilma Rousseff, e naquele mesmo instante, algumas produtoras ensaiaram a apresentação de abertura representando as cinco regiões do nosso país, sendo que cada região possuía uma cor diferente. Esse encontro provocou uma ansiedade nas produtoras, afinal, a presidenta iria discursar sobre a pauta das demandas de todo o país. A Presidenta Dilma Rousseff, após ler a pauta das mulheres, realizou um discurso, no qual ressaltou:

mulheres decididas a batalhar juntas por um mundo melhor. Decididas a avançar nos direitos. Decididas a repudiar a injustiça aqueles que menosprezam as mulheres. Decididas a lutar por mais autonomia e contra qualquer opressão. Decididas a reafirmar o poder das Margaridas de construir nossa história. Vocês inspiram a mim e a todas as mulheres do Brasil, no ato político do encerramento da Marcha das Margaridas 2015, no estádio Mané Garrincha, em Brasília (sic).

A Presidenta fez um apanhado de todas as conquistas das mulheres desde a Marcha realizada em 2011 durante o seu primeiro governo e ressaltou que a discussão sobre a construção de políticas públicas para direitos e igualdades era primordial, dizendo: “foi à demanda de vocês que eu tive a honra de transformar em políticas no meu governo, como as 54 unidades móveis em todos os Estados, próximas às mulheres, para enfrentar a violência”.

Evidenciou também que a Lei Maria da Penha, que torna crime qualquer violência contra as mulheres e o feminicídio, completou nove anos de vigência naquele ano, sendo

também uma das conquistas da Marcha das Margaridas. Com as palavras de ordem: “Tolerância zero com a violência contra as mulheres”, a Presidenta anunciou a implantação de “Patrulhas Rurais Maria da Penha” e a nomeação de 10 mil promotoras de justiça, com o objetivo de combater a violência contra as mulheres do campo. “Nós devemos cuidar, e muito, para que o combate à violência seja igual em todas as regiões do país”, ressaltou a então Presidenta.

Além disso, a Presidenta Dilma ressaltou a necessidade de uma formação profissional mais adequada às trabalhadoras do campo pelo Pronatec e prestou uma homenagem a duas trabalhadoras rurais que faleceram de morte natural durante a realização da Marcha das Margaridas. O discurso da Presidenta se encerrou com os versos de uma canção do cantor Lenine. “Os bons momentos da vida, e nos maus tempos da vida eu envergo, mas não quebro. Sou que nem as Margaridas, envergo, mas não quebro”.

Com saída de Brasília às 19h e chegada a Porteirinha por volta das 10h30min, retornei a Belo Horizonte com uma grande emoção, pois nunca tinha vivenciado situação semelhante. Aprendi que essas mulheres guerreiras, não obstante sua pobreza, e vítimas de tantas situações adversas, são cheias de vida e de saberes, e não medem esforços para mudar as suas vidas e a vida de todas as mulheres do país, sobretudo aquelas que vivem no meio rural. Voltei sentindo-me agradecida por ter feito parte daquele momento histórico do país.

5 AS MULHERES ENTREVISTADAS E ANÁLISE DOS DISCURSOS

Durante a visita a Porteirinha e no decorrer da Marcha das Margaridas, 12 mulheres produtoras rurais, moradoras da cidade e participantes da Marcha foram entrevistadas. A faixa etária delas é compreendida entre 28 a 67 anos, representando a grande diversidade geracional de participantes desse movimento social, casadas e viúvas, todas têm filhos. Criam gado, animais domésticos de pequeno porte para consumo próprio, cultivam turgo, feijão, milho, mandioca, hortaliça, sementes, frutas, fabricam queijo e fazem artesanatos. Antes das entrevistas, a pesquisadora leu e entregou a cada uma das mulheres o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice **xx**) que foi assinado por todas.

Com exceção da Presidente do Sindicato, Maria de Lourdes, que autorizou a sua identificação, para preservar a identidade das entrevistadas foram utilizados nomes fictícios, a saber: Elizabeth, Ana Maria, Josefina, Adelina, Mariana, Clarice, Romilda, Donata, Efigênia, Fátima e Beatriz.

As questões levantadas não seguiram um roteiro prévio estruturado, mas apenas tópicos a serem discutidos com as mulheres, de forma a evidenciar como tem se dado sua participação na Marcha e de que maneira essa participação tem impactado em sua vida e promovido alterações e/ou contribuições para a constituição de sua prática social.

Ao longo das conversas com essas mulheres, foi possível ratificar como suas visões de mundo e práticas sociais são reflexos das experiências concretas que vivenciam em seu cotidiano e de que maneira o ingresso em um movimento social, de fato, vem auferindo modificações substanciais em suas vidas.

Gallo (2009, p.13), ao tentar desvendar como o ser humano concreto produz suas ideias acerca do mundo, se valeu das teorias de Marx e Engel na Ideologia Alemã (1845:28-28), de forma que “o modo de vida pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e do que tem de reproduzir”. Para Marx e Engels, o que determina a forma e o modo de vida do ser humano, são as suas produções e como elas são produzidas. Assim, as condições materiais determinam em grande medida os sujeitos que são.

Destarte, Gallo (2009, p.5) ressalta que, as relações sociais são determinantes da sociedade. Se essa for igualitária e solidária, a organização social que se resultará será igualitária. Mas, se a sociedade está baseada na exploração e na dominação, certamente o resultado será a fragmentação de classes, ou seja, o domínio de uns sobre os outros, e assim acarretará na opressão e exploração.

Tais assertivas são corroboradas pelas falas das lavradoras quando exaltam seu trabalho junto à natureza, seus artesanatos, seu amor à terra e ao trabalho, sua união na cooperativa e no coletivo de mulheres. Também quando evidenciam as injustiças a que são submetidas e o quanto a união no movimento possibilita estratégias de resistência.

A gente planta milho, feijão, verduras, cria galinhas, porcos e tudo o que a gente precisa. A terra dá a gente vida (Ana Maria) (sic).

Fiquei na Cooperativa do Grande Sertão fazendo papel de mobilizadora das comunidades no fornecimento de frutas. Foi outra coisa bacana, nós fazíamos a rota e passávamos de caminhão recolhendo as frutas. Eram Umbú, Manga, Siriguela, Acerola, Tamarindo daqui do Sertão. (Adelina) (sic.)

Ainda na Ideologia Alemã, Marx e Engels (1984, p.XXIV), afirmam que “a humanização do ser biológico específico só se dá dentro da sociedade e pela sociedade”. Dessa maneira, as mulheres criam seus espaços de resistência em prol de melhores condições de vida e se ajudam mutuamente. Tais relações promovem o seu aprendizado político e cultural, alteram suas visões de mundo e as tornam mais críticas em relação à vida que vivem e impactam em sua prática social:

Também nesses espaços a gente cresce muito, tanto quanto na melhor qualidade de vida e renda. É uma discussão que a gente faz também na questão política, hoje não entendemos muito da política, mas antes a gente era muito pior. Aí, a gente tem acesso no âmbito da política brasileira. Ajuda a despertar quanto aos nossos direitos e ajuda também nos nossos deveres, isso graças ao nosso coletivo e nossas Marchas e aí nós conseguimos diferenciar uma coisa da outra. O direito de ser cidadão, o direito de ir e vir e o direito das políticas públicas que antes a gente não conhecia e hoje a gente tem mais conhecimento. Temos que melhorar muito, ainda desejamos muito mais, isso melhorou muito depois de nossa participação (Elizete) (sic).

Ohhh, muita gente fala assim, as mulheres querem ser mais do que os homens. E não é bem assim, tem mulheres que são agressivas dentro de casa. Aí, aqui a gente conversa com elas e como elas têm que fazer dentro de casa. E aí, a gente aprende, porque aqui a gente conversa muito e aí a gente ensina e aprende com as companheiras. É muito bom. (Ana Maria) (sic).

Porém, a realidade de uma sociedade sexista e patriarcal embasada na divisão sexual do trabalho e em relações de gênero antagônicas e contraditórias, descritas por Hirata e Kérgeat (2001), são evidenciadas nos discursos dessas mulheres.

Meu marido viaja muito, dou a ele desde o sabão, a roupa lavada, tudo prontinho. Quando eu vou viajar eu que tenho que arrumar minha mala. Olha só...imagina pra você vê, tive que fazer comida pra todos os dias que eu não estava lá, pra pelo menos uns dois dias. Tá lá na geladeira. Eu ia fazer uns biscoitos ontem lá em casa, chegou visita... veja só. Falei com meu marido vai até lá no supermercado e compra

uns lanchinhos pra nós. Ele falou vou não, não sei o que você gosta. Eu falei engraçado, quando você viaja te dou tudo pronto, e você nem sabe o que eu gosto? (Fátima) (sic).

Principalmente no local de trabalho os homens sempre fazem discriminação. Isso é uma luta que tem sempre de ter. Isso é uma coisa que é mantida com naturalidade, mas nós sabemos e que não aceitamos também. Isso já foi muito comum e natural, mas a gente luta pra ser diferente, que sejamos lideranças e lideranças respeitadas. (Adelina) (sic).

E a divisão sexual do trabalho se manifesta de forma contundente:

Geralmente na maioria a mulher tem a sua tarefa e o homem tem suas tarefas. A maioria trabalha junto. A mulher trabalha na roça, na casa e no sindicato. Mas, meu marido faz as mesmas coisas. Mas, no geral a mulher trabalha, lava, passa vai pra Associação, mas o homem é que vende o produto e faz as compras e a mulher não recebe. Só algumas famílias a mulher recebe e divide as tarefas com o marido (Josefina) (sic)

A divisão dos papéis entre homens e mulheres se constrói, assim, dentro dos lares por meio da divisão do trabalho, no qual as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres não são reconhecidas como trabalho e, “[...] mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, este é muitas vezes visto como uma ‘ajuda’”. (SHWENDLLER, 2002:2).

Tal afirmativa é corroborada por Hirata e Kér goat (2001, p. 599) quando definem a divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Essa divisão e valorização diferenciadas do trabalho do homem e da mulher são corroboradas por Quirino (2015, p.07), quando afirma que

[...] na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: a **opressão**, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na **exploração econômica**, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica” (QUIRINO, 2015, p. 07, grifos da autora).

Porém, uma face luminosa é revelada quando algumas alegam que alcançaram sua liberdade de participar do movimento social, da cooperativa, dos eventos religiosos, sem ter de

prestar contas ao marido ou ao pai. Também são observados os aprendizados advindos dessa convivência entre elas em um ambiente mais politizado e a liberdade de poder se expressar revelam mulheres que, pouco a pouco, estão construindo a sua própria história e contribuindo para o desenvolvimento de outras. Suas práticas têm contribuído, inclusive, para a alteração da visão de mundo dos homens da região.

Romilda, Donata e Josefina retratam que comportamentos de submissão, falta de formação profissional e desconhecimento de seus direitos ainda são comuns entre as mulheres lavradoras.

Ah, eu, pra mim mudou muita coisa. Tive um conhecimento muito “aproveitativo”. E muitas vezes a gente não conhecia e não sabia do direito que a gente tinha. As vezes, a gente ficava calada diante das situações, a gente não tinha como responder. Hoje, a gente tem um conhecimento e pode bater de frente com a situação. (Romilda) (sic).

Tinha mulher que era muito submissa, que só ia aonde o marido ia, tinha mulher que só fazia coisa que o marido deixava, Marcha de Mulher... Sair na rua pra falar sobre os direitos da mulher? Não eram mulher nem pra sair da porta, o marido não deixava. Hoje, a mulher fala pro marido estou indo atrás dos meus direito... Tinha mulher que tudo que o marido falava acatava. Mulher só serve pra que? Fazer comida, arrumar a casa e ficar a disposição do marido? Hoje, não! A mulher sabe que pode fazer o que quiser porque são livres. (Donata) (sic)

A gente não sabe de todas as famílias que participam, mas eu acredito que sim. Nós ajudamos a organizar e participamos do coletivo das mulheres do norte de Minas. Aí nós fizemos agora, este ano a quinta Marcha. A gente ajuda a mobilizar as companheiras, para que as companheiras entrem nesta luta. Porque talvez nós que participamos e nós que estamos aqui, parece até mentira. Quantas companheiras que ainda não conseguem sair pra participar? Depois dessas lutas, depois dessa Marcha ainda tem muitas mulheres oprimidas, que não conseguem sair de casa. Eu acredito que muitas delas o marido não deixava sair, às vezes por causa das tarefas de casa. Elas conseguem imaginar e pensar “eu saí”! É uma conquista pra nós! (Josefina) (sic).

No entanto, com a participação no Coletivo de Mulheres e na Marcha das Margaridas houve uma grande mudança em suas formas de pensar e, consequentemente, na maneira como vivem. Os relatos de Mariana e Ana Maria retratam essas mudanças:

Você pode ver, olha a idade dela, com 67 anos e está aqui. Não é pra todas as mulheres da idade dela, mas ela está aqui. O pai dela não deixava ela sair, o marido não deixava ela sair e ainda é mãe de 10 filhos. Então, pra gente do movimento é um orgulho, você precisa saber das histórias de vida que ela conta, as músicas que ela canta, é um orgulho. Nós somos de um assentamento de reforma agrária, e lá tem uma associação e uma igreja Nossa Senhora das Oliveiras. Nós que organizamos a novena que está acontecendo lá, hoje é o quinto dia, no sábado vai ter uma festa. Nós estamos aqui hoje, e depois quando a gente chegar lá, vamos pegar no batente. (Mariana) (sic).

Hoje, as coisas minha está no meu nome, fiquei viúva há pouco tempo. Mas, antes as coisas era dividida entre eu e meu esposo. Uma parte no nome dele e a outra em meu nome, nós trabalhava em conjunto. Com a formação que nós teve, teve um entendimento de que nós tinha que trabalhar junto. Não eu pegando os direito dele, mas trabalhando junto e dividindo os direito. Às vezes as pessoas falam assim: é tomar o direito. Não é isso. É dividir o direito, trabalhar junto. A mulher ajudando o esposo e o esposo ajudando a mulher. Aí que a gente continua. Às vezes a cabeça do homem trabalha. Mas, às vezes o pensamento da mulher é mais forte e quando coloca isso em prática, as coisas só pode crescer, né? (Ana Maria) (sic).

Maria de Lourdes, por exemplo, alega que o seu companheiro realiza os afazeres domésticos quase diariamente, pois, devido à sua atividade de coordenação do sindicato e seu ativismo na Marcha, precisa se ausentar muitas vezes da cidade. Assim, identifica-se neste caso uma ruptura em modelos tradicionais da divisão sexual do trabalho doméstico promovido, ainda que indiretamente, pela sua atuação nos movimentos sociais.

Assim, na casa quem segura as pontas é Zé. Por causa dos projetos que a gente desenvolve, às vezes eu deixo um pouco a desejar. Mas, não posso cobrar dele que às vezes ele sozinho não dá conta aqui na propriedade, eu viajo muito, agora que tô viajando pouco. Tanto é que você está vendo esta horta e eu dou conta de ajudar um pouco nos finais de semana (Maria de Lourdes) (sic).

As novas visões de mundo, forjadas a partir das estratégias de resistência e do compromisso social assumido por essas mulheres, fazem com que a vida no meio rural passe por mudanças estruturais levando os jovens a adquirirem outra percepção das mulheres nessa sociedade ainda hostil a elas. A formação profissional necessária se dá diretamente por elas ao trocarem fazeres e saberes, nas pautas de reivindicações e na assistência direta às famílias da região:

São várias as demandas! Até os pequenos animais e a área da agricultura tomaria uma pauta e o tempo dos diretores dos sindicatos tudo. Trabalhar as sementes crioulas, ensinar os filhos a plantar a horta, a agroecologia, acompanhar essas famílias, ensinar o aproveitamento das frutas nativas e cultivadas, mexer com a apicultura, as pequenas barragens, são muitos na região que a gente dá assistência. A demanda é muito grande, isso só na área da agricultura, sem contar o setor político, o debate com as mulheres, a carta de aptidão, a carta do produtor, a presidência do coletivo. Então, é uma demanda muito grande que a gente carrega. Aí não sobra tempo. Meus meninos falam assim: a gente não vê outras pessoas se matando pelo Sindicato igual a vocês. Modéstia à parte, nós temos um trabalho diferenciado, diferenciação de atendimento ao agricultor, entendeu? (Efigênia) (sic).

Se em Gallo, assim como em Marx, há a afirmação de que a visão de mundo, em geral é constituída por uma determinada classe social que impõe seus valores e formas de pensar às outras, no meio rural essas mulheres têm promovido muitas alterações. Apesar de pertencerem a uma classe social economicamente desprivilegiada e sofrerem com as

desigualdades em função de sua condição feminina, por meio da militância e do aprendizado advindo dos movimentos evidenciam-se transformações, não só em suas visões de mundo, mas também trazem para nas suas práticas sociais alterações importantes na tradição hierarquizada das divisões dos papéis sociais e sexuais da sociedade.

Essa história do sindicato do norte de Minas começou com o coletivo de mulheres. O coletivo surgiu de uma demanda das mulheres agricultoras. A gente achava injusto as mulheres serem pautadas só pra cumprir cota. Não ocupavam nenhum lugar efetivo. Aí, as próprias mulheres se rebelaram: espera aí, nós temos que mudar essa história aqui dentro. Se nós somos importantes, porque só tem três mulheres na suplência? Queremos dobrar a quantidade de mulher na diretoria. Nós conseguimos articular uma assembleia com as mulheres da comunidade como um todo. E conseguimos garantir três na suplência e três mulheres na efetiva. Aí criou-se o coletivo de mulheres. Quando essa discussão começou a tomar rumos, outros municípios começou a seguir a gente. Com tanta mulher precisando de um espaço pra se organizar! Aí, nós falamos, se vocês querem, então vamos fazer um debate. Aí, nós começamos a fazer reuniões. Fizemos um monte de reuniões pra saber se era isso mesmo que as mulheres estavam querendo, se eram elas ou se alguém estava buzinando no ouvido delas. Todo lugar que a gente chegava convidava 20 e chegavam 50 mulheres (Beatriz) (sic).

Em 2007, nessa organização é que a gente foi conversando e ampliando as conversas com as mulheres. Nós resolvemos lutar com o desafio contra a violência com as mulheres e esses impactos ambientais que há muito tempo vem afligindo a gente. Aí, a gente resolveu fazer uma passeata, uma marcha em 2007 em Montes Claros pra reivindicar o respeito às mulheres e o combate à violência, questões ambientais. Organizamos pra fazer uma Marcha com 300 mulheres e lá nós colocamos mais de 400 mulheres (Maria de Lourdes) (sic).

Segundo a lavradora, essa foi a primeira Marcha das Mulheres no norte de Minas Gerais. No entanto, não obstante os avanços auferidos, “[...] tal hegemonia não é fácil de ser mantida, pois tem que ser conquistada e construída a cada dia. A luta pela hegemonia é uma eterna guerra de trincheiras entre as diversas classes sociais (GALLO, 2009, p. 31)”. Por isso, a Marcha das Margaridas, realizada anualmente no intuito de prosseguir na luta pela igualdade de classes e de gêneros no meio rural e dar visibilidade e voz às mulheres do campo é apenas um dos compromissos dessas lavradoras e produtoras rurais.

Nogueira (2006), ao estudar o trabalho das mulheres operadoras de telemarketing, cunhou a categoria “trabalho duplicado”, para explicar o trabalho das mulheres que se dividem entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado. Todavia, as mulheres do meio rural ultrapassam tais fronteiras e realizam um “**trabalho múltiplo**”. Além do trabalho diário nas lavouras e das atividades domésticas, dedicam-se incansavelmente a prover o sustento da família por meio da produção de alimentos, artesanatos e venda nas cooperativas; militam diariamente com presença forte e significativa nos sindicatos, no Coletivo de Mulheres e na Marcha das Margaridas, além de outras atividades de assistências social às famílias da região,

e essa demanda só tende a aumentar, conforme relata uma das produtoras da região:

Nossa, tem uma produção diversificada demais: artesanato de semente, casca de pau, argila; uma diversidade muito grande. Fabricação de doces de todos os tipos, rapadura, licor de Genipapo. É muito bacana a produção das mulheres no norte de Minas! Agora, eu te falo a infraestrutura pra toda essa mulherada, não é fácil. A gente se desdobra, dá atenção às famílias, organização das mulheres, é difícil. Estou sofrendo um dilema muito grande, nós temos uma parceirona que trabalha com tratamentos alternativos e colocou três projetinhos pra desenvolver na nossa mão e a gente não tá dando conta de desenvolver. Criou os grupos, mas os grupos não desenvolve, a gente tem que ficar puxando estes grupos, senão não anda. As mulheres já cresceram muito, antes nem saiam da cozinha. Agora não. Elas conversam e falam, contam o que tem pra contar. Mais ainda é muita coisa que a gente tem que dar conta. Tá pesado porque está no norte de Minas Gerais todo e as mulheres vai evoluindo e vai ficando exigente também, né? (Efigênia) (sic).

Eu trabalho com luta, tenho uma fabricazinha de queijo, eu trabalho na roça, sou dona de casa, tem minhas plantações também. Tenho poço artesiano, tiro água. De tudo eu planto um pouquinho. Na minha agricultura mesmo. Sozinha e meu Deus. Eu não pago ninguém, tenho tudo um pouquinho. Não tenho como estender muito, mas esse pouco me serve muito, graças a Deus. E não falto nas reuniões do Coletivo nem nas Marchas (Ana Maria) (sic).

O crescimento das exigências das mulheres, conforme relata a entrevistada, evidencia, como explica Triviñus (2006, p.122), que as ações práticas tomadas no mundo influenciam diretamente na capacidade de refletir e na consciência e vice-versa. Para o autor, “[...] o tipo de prática desenvolvida frente a um determinado fenômeno material, origina um reflexo na consciência, relativamente, semelhante ao nível de sua complexidade”.

Para Triviñus (2006, p.123), a prática social é uma atividade na qual os homens utilizam todos os seus meios para atender a uma necessidade de sua existência, logo, não surge apenas nas classes dominantes. Conforme afirma o autor, “isto não quer dizer que fiquem eliminadas totalmente as possibilidades da existência, nessas sociedades de teorias e práticas que tenham origem nas classes dominadas”.

As mulheres do norte de Minas, mesmo com um discurso simples e eivado de “erros” da língua portuguesa formal, o que ilustra a sua falta de estudos formais, evidenciam que possuem uma visão clara, ampla e complexa do mundo e suas práticas refletem suas consciências.

A minha vida é simples, não tenho leitura, só tenho a cabeça pra imaginar, mas sempre vou tá presente na união e junta com as minha companheira. A gente gosta muito, porque tudo que a gente faz é com amor e união. Deus dá a gente o retorno. Isso é o meio de sacrifício que nós mulher fazemos, pra nós entender que nós temos direitos a ser cumprido, e nós também entendemos que temos que ser reconhecida como pessoa humana, filha de Deus. Eu espero assim, não só nós mulher, mas como família unida, jamais será vencida pela batalha. Que Deus possa abençoar, que tem

retorno, né? Que a igualdade também tem ser reconhecida pela humanidade, né? (Maria) (sic).

Os discursos ecológicos e críticos de algumas delas ilustram a assertiva:

Mas, a gente já está plantando água, está abastecendo o lençol freático, está entrando pelo solo. A gente é um plantador de água. Quando você deixa de usar o veneno e usa o fogo controlado, já está ajudando; o bagaço que joga no solo, você umedece o solo. As famílias de nascentes, córregos na sua propriedade, quando não faz queimadas e usa as máquinas de forma correta. A água abastece o lençol freático e mantém sua propriedade. Quem planta árvores na beira do rio pra evitar assoreamento são os plantadores de água. A discussão é nós estamos plantando água para quem e pra quê? Pra agricultura familiar, pra garantir a sobrevivência, pra produzir mais alimentos. E, aí, chegam as grandes empresas. Você planta água por um ano e as grandes empresas consomem a água em um dia. Por isso, esse debate é uma modalidade nova preservar a água que você tem, aí essa história de reivindicar contra a mineradora (Maria de Lourdes) (sic).

[...] Somos brasileiros, e hoje as coisas só vai no meio da pressão. Hoje a Marcha, e nós temos uma pauta construída e nós precisamos colocar x pessoas nas ruas, tem que ter uma pressão para que a coisa possa acontecer. Infelizmente, nós lutamos pra mudar as coisas, igual a violência contra a mulher: tem tantos anos que lutamos contra isso, e até hoje tem muitas mulheres que sofrem agressões, aí nós fazemos uma pressão para as autoridades para eles olharem de fato para que está acontecendo com as nossas companheiras. (Mariana) (sic).

[...] A mineradora é das atividades que mais usa a terra. Aí, nós não temos nem água pra sobreviver direito. A mineração leva nossa água. Não podemos plantar, nada irrigado porque não tem água. Aí o governo dá licença pra mineradora de ouro, e também pra fazer mineroduto, coisas absurdas. A água é um bem comum. A desculpa é que é projeto de utilidade pública. E a água? Se tirar a água da gente, vamos viver de quê? Se faltar pra nós, vai faltar pra eles também. As consequências todo mundo vai sofrer ela. Estamos na luta contra esta mineradora. Mineração de ouro é contaminação do ar, da água, de tudo. É a poluição sonora, as explosões estão destruindo as casas das pessoas, poluição do ar com o lançamento de arsênio altamente contaminoso. (Romilda) (sic).

Outro ponto importante a ser retratado acerca das mudanças na prática social e na visão de mundo dessas mulheres refere-se à sua formação profissional e à valorização de seus saberes.

Gallo (2009) reconhece que o conhecimento possibilita mudanças nas relações sociais e no processo de desenvolvimento do indivíduo em relação à natureza e o meio que o cerca. As produtoras falam com orgulho dos cursos realizados e dos seus saberes tácitos: “fiz curso no SENAR, de avicultura, extrativismo, vários cursos e tenho muitos certificados” (Adelina) (sic).

Conforme a presidente do sindicato, esses cursos são oferecidos por meio do Coletivo das Mulheres no projeto para capacitação das mulheres do campo. Todavia, o coletivo também dá às mulheres a oportunidade de se capacitarem não somente nesses cursos,

como também em outros oferecidos pelas mulheres locais, para profissionalizarem as mulheres da região.

Nós participamos das planta medicinal, dos remédios caseiro. Mesmo na comunidade e no município Riacho dos Machado ninguém tá mais procurando farmácia. Hoje, nós temos um espaço que nós trabalhamos com a planta medicinal e a ajuda das companheiras. Hoje, nós faz capacitação pra trabalhar com as plantas e a saúde da mulher (Josefina) (sic).

As reuniões no Coletivo de Mulheres também favorecem a troca de experiências e de incentivo. O relato de Ana Maria, com seus 63 anos, retrata sua mudança de vida:

Tirei graças a Deus a carteira pra dirigir, com muita honra. Com 63 anos entrei na autoescola com aquela fé, e graças a Deus eu consegui. Vou usar de forma profissional, vou ajudar minha comunidade que é muito carente, a gente sente muita dificuldade. Então, a minha ideia é ajudar todo o pessoal do meu lugar, que estão todos necessitados.

Diante dos discursos dessas mulheres, evidencia-se um ativismo social e solidário. Cada uma delas, com seu jeito e ao seu tempo, vêm vencendo as barreiras das desigualdades impostas pela divisão de classes, pelo abandono e carência de políticas públicas adequadas, pela falta de um programa de formação profissional direcionado à sua realidade, e pela divisão sexual do trabalho. Com a participação no Coletivo e na Marcha das Margaridas elas estão transformando sua forma de pensar e de viver a vida, logrando mudanças sociais inestimáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo discutir e problematizar algumas questões relativas às relações de gênero e à divisão sexual do trabalho no meio rural, destacou as contribuições do movimento social Marcha das Margaridas na transformação da visão de mundo da formação profissional e da prática social das mulheres lavradoras da cidade de Porteirinha, localizada ao norte do Estado de Minas Gerais.

A proposta inicial tinha como questões norteadoras da pesquisa apresentar informações sobre como esta Marcha se originou e qual a sua história, quais melhorias já haviam sido auferidas para as mulheres participantes a partir dos anos de sua realização; além de evidenciar as possíveis contribuições na formação profissional das mulheres no meio rural e, sobretudo, confirmar se a participação no movimento trouxe alterações na visão de mundo e na prática social dessas mulheres. A pesquisa realizada se debruçou sobre tais questões, adotando como categorias de análise as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho no meio rural, tendo como pano de fundo o Coletivo de Mulheres e seu principal evento: a Marcha das Margaridas.

Foi apresentando um breve histórico-documental para apresentar e caracterizar a Marcha das Margaridas e traçado um pequeno panorama descritivo da educação profissional no meio rural. Foram apresentados estudos teóricos sobre a divisão sexual do trabalho a fim de se compreender como esse fenômeno se manifesta na sociedade, e, por meio dos relatos das mulheres entrevistadas, foi verificado como se dá essa divisão no meio rural no âmbito de suas vicissitudes, deslocamentos e permanências atualmente.

A apresentação e análise dos relatos das entrevistadas, ao longo dessa dissertação, por si só, evidenciam que são inegáveis as contribuições da Marcha das Margaridas na construção e alteração das visões de mundo e das práticas sociais dessas mulheres. O ativismo político e social das mulheres de Porteirinha denota que elas estão se tornando sujeitos da própria história, conscientes de seus direitos e deveres. Essas mudanças também foram evidenciadas por esta pesquisadora na observação participante da Marcha de 2015 e nas conversas informais travadas com as mulheres residentes na região e atuantes no movimento.

Legitima-se que a mulher do campo manifesta uma identificação e preocupação com a natureza e solidariedade com a comunidade a qual pertence. Essas mulheres veem a natureza como fonte de vida, que deve ser protegida, e seus benefícios compartilhados com toda a humanidade; clamam por igualdade e justiça social e por melhores condições de vida, respeito e dignidade.

Durante muito tempo, ficaram subsumidas nas tramas das relações sociais e sua invisibilidade era total. No decorrer dos anos, aprendiam os serviços domésticos, cuidavam da terra e dos animais, produziam informalmente riquezas com os frutos da terra a partir dos conhecimentos recebidos de suas mães. Desde cedo, vivenciaram a desigualdade e o fosso profundo que separam mulheres e homens. A divisão do trabalho doméstico nunca havia sido pensada por essas mulheres, no entanto, a divisão do trabalho produtivo realizado nos campos sempre esteve presente. A elas eram delegados os trabalhos domésticos, mas também o trabalho nos campos, a produção de riquezas com a preparação de alimentos e artesanatos para venda, materializando a desigualdade e reforçando a clivagem entre os sexos.

Confirma-se, pelos relatos e modos de vida dessas mulheres, que elas nunca foram vistas e identificadas como trabalhadoras rurais, mas eram reconhecidas apenas como ajudantes do pai ou do marido, seu trabalho era invisível social e economicamente. Essas mulheres plantavam, produziam e confeccionavam produtos e artesanatos, porém o lucro das vendas era de seus pais ou maridos. Eram impedidas de sair de casa e de manifestar suas ideias. Não tinham oportunidades de formação profissional e sequer conheciam seus direitos, tampouco tinha informações e coragem para lutar por eles.

Porém os construtos materiais e simbólicos dessa realidade da vida no campo têm sido alterados paulatinamente pela participação ativa das mulheres nos movimentos sociais. Os debates, reivindicações, trocas de saberes, de desejos e angústias compartilhados por elas, além da formação política e profissional que recebem nesses espaços, têm propiciado alterações substanciais na forma de ver e viver a vida.

É certo que a violência, a desvalorização e a sobrecarga das mulheres do meio rural que vivenciam um “trabalho múltiplo”, trabalhando em casa, na lavoura, na produção de bens vendáveis e na atuação nos movimentos sociais – ainda permanecem como uma realidade difícil de ser mudada. No entanto, traços de mudanças de comportamentos entre elas e de seus companheiros foram evidenciado nessa pesquisa. Não obstante a opressão de gênero e a exploração econômica as quais são submetidas aos discursos e práticas das entrevistadas, as mulheres estão adquirindo conhecimentos e empoderamento social e político para que suas vozes sejam ouvidas e essa realidade alterada.

Essa pesquisa não teve a pretensão de esgotar as discussões acerca do tema, pelo contrário constitui-se como ponto de partida para outras pesquisas relevantes. Pois, nesse universo de pesquisa, muito ainda há para se pesquisar no âmbito da saúde da mulher e saneamento básico no meio rural; sexualidade e reprodução; diversidade sexual; religiosidade; desenvolvimento sustentável; agricultura familiar, entre tantos outros, tendo as mulheres

como protagonistas e sujeitos sócio-históricos, a divisão sexual do trabalho e as relações de gênero como categorias fundantes, os movimentos sociais como fatores de transformação e o meio rural como unidade de análise.

Espera-se que o presente trabalho contribua e fomente tais estudos e debates, dando voz e vez às mulheres do campo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Isabel, **Territórios educativos na educação do campo: na escola, comunidade e movimentos sociais/** Maria Isabel Antunes, Maria de Fátima Almeida Martins, Aracy Alves Martins, (organizadoras) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012- (Coleção Caminhos da Educação do Campo;5).

ALMEIDA, Francesca; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Mulher, Família e Desenvolvimento Rural**. 1.ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p. 40-58.

ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG)**. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.) Trabalho de Gênero: mudanças, persistências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.

AMEFA. wordpress.com/historicodaamega – disponível em: <<http://www.amefa.org.br>> . Acesso em 28 maio 2015.

ANTUNES-ROCHA, Isabel, **Territórios educativos na educação do campo: na escola, comunidade e movimentos sociais/** Maria Isabel Antunes, Maria de Fátima Almeida Martins, Aracy Alves Martins, (organizadoras) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012- (Coleção Caminhos da Educação do Campo;5).

ARAÚJO, Clara. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. Dossiê Crítica Marxista. Crítica Marxista. Nº 11, 2000. p. 63-70. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/bibliotecavirtual/htm>>. Acesso em: 02 novembro 2015.

BARREIRO, IMF. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983-130-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**. *Educ. Soc.* [online]. 2006, vol.27, n.97, pp. 1137-1157. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000400004>>. Acesso em: 02 novembro 2015.

BRASIL. Constituição (1934) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm>. Acesso em: em 13 maio 2015.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao3%20A7ao.htm>. Acesso em: 09 maio 2015.

BRASIL, Lei nº **4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 07 maio 2015.

BRASIL. Lei nº **4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 maio 2015.

BRASIL. Lei nº **9.394** de 20 dez. 96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2015.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **PRONATEC Campo**: Formação profissional para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável em bases territoriais e agroecológicas. Cartilha. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_23/cartilha%20PRONATEC_baixa.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista Nera. Presidente Prudente. 2008.11(12) p.6-17.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C., ALMEIDA, A.A (orgs). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, p. 39-58.

CALDART, Roseli Salete (org.) **Dicionário do Campo**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARREIRA, Denise (coord.). **Igualdade de Gênero no Mundo do Trabalho**: projetos brasileiros que fazem a diferença. São Paulo: Cortez. Brasília-DF: Fundo de Gênero Brasil Canadá (FIG), 2004.

CALAZANS, Julieta. Para **Compreender a educação do Estado no meio rural. Traços de uma trajetória**. In: THERRIEN, Jacques; Damasceno, Maria. Educação e escola no campo. Campinas: Papirus, PP 15-42. 1993.

CONTAG - COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS-CNMTR. **Revista da Marcha das Margaridas 2007**. Março de 2008.

CONTAG - COMISSÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS-CNMTR. **Revista da Marcha das Margaridas 2015**. CONTAG. Agosto de 2015.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Análisis crítico del discurso. In: _____. **El discurso como interacción social**. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2000, p. 367-404.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FAZENDA, Ivani, **Metodologia da Pesquisa Educacional**/Ivani Fazenda (org.) – 12 ed., São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Alessandra do Patrocínio. **A Reforma Agrária, a mulher e a exclusão feminina**: a “Marcha das Margaridas”, um exemplo de luta pela igualdade. (2010). Disponível em: <www.cdn.ueg.br>. Acesso em: 06 abril 2015.

FERREIRA, Fabiano; BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do Campo**: Um olhar histórico, uma realidade concreta. Revista Eletrônica de Educação. Ano V, Nº 09, Jul./Dez 2011. Disponível em:< www.unifil.br>. Acesso em: 04 maio 2015.

FOSHIERA, Atamis A. **Um olhar sobre os movimentos sociais no campo no Brasil**. Revista UFT, Interface, Porto Nacional/TO, v.1.,nº1,p. 77-85, mai/2004. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/interface/article/view/323>>. Acesso em: 20 março 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª edição: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria Trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, Anped, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n.100- Especial, p. 1129-1152, out. 2007 – Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 março 2015

FURET, François, **Pensando a Revolução Francesa**. São Paulo, Paz e Terra, 1989.

GALLO, Silvio **Subjetividade, Ideologia e educação**. Campinas,SP: Alínea, 2009.

GASKELL. Entrevistas individuais e de grupos. Em M.W. Bauer & G. Gaskell (orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**, 2ª edição- São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e educação**, 5ª Ed., São Paulo, Cortez, 2001- (Coleção Nossa Época;V.5).

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16. nº 47, maio – ago./2011. _____ História dos Movimentos e Lutas Sociais. São Paulo: Loyola, 1995.

GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin. Educação Tecnológica. In: GRINSPUN, Miriam P.S. Zippin (org). **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**, 1999, p. 25-73.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe**: História, movimento e desafio teórico-político do feminismo na contemporaneidade. Seminário Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidades, deslocamentos, agosto, 2010.Disponível: www.fazendogenero.ufsc.br – Acesso: 01/05/2015.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

HELENA, Lourdes. **Educação Rural em Minas Gerais**: Origens, concepções e trajetória da Pedagogia da Alternância e das Escolas Família Agrícola. Educação em Perspectiva, Viçosa, v.3 nº01, p. 105-125, Jan/Jun., 2012.

HIRATA, Helena, KÉRGOAT, Danièle. **Novas Configurações da divisão Sexual do Trabalho**, In: Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595, set. dez.2007.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho**: Um Olhar Voltado para Empresa e a Sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002. 336p.

LEITE, Sérgio Cilani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LUSA, Mailiz, **O Serviço Social e as lutas Sociais no campo:** Movimentos Sociais a partir das Relações de Gênero e da conquista de direitos. Disponível em: <www.cibs.cbciss.org> Acesso em: 12 Abril 2015.

MARCUSE, Herbert. Algumas Implicações sociais da tecnologia moderna. In: MARCUSE, Hebert. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: Unesp, 1999. P.73-104.

MARX, K. **Textos escolhidos**, 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção as pensadores).

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. In: Textos escolhidos. 3. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, K. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach), 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MELO, Lígia A. **Injustiças de Gênero:** o trabalho da mulher na agricultura familiar, Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 10 julho 2015.

MELO, Elisabete Josefa de. **Gênero e Jornada de Trabalho em Assentamentos Rurais**. In: Revista Pegada Eletrônica. V.2, n 2, outubro, 2001.

MOLINA, Mônica et. al. **Para a construção de um projeto de Educação do Campo** / Mônica Castagna Molina e Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004 (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5).

MOTA, Maria Dolores, et. al. **Margaridas nas ruas:** As mulheres trabalhadoras rurais como categoria política. Coletânea Margarida Alves Estudos Rurais e Gêneros. Brasília-DF, NEAD, 2006 355 p.

NASCIMENTO, C.G. **Escola Família Agrícola:** uma resposta a alternativa à educação do meio rural. Revista da UFG, v.7, nº01, Junho, 2004.

NOGUEIRA, Claudia Maqzzei. **O trabalho duplicado** – A divisão sexual do trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PACHECO, M.E. **sistemas de reprodução:** uma perspectiva de gênero. Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. Recife: GT Gênero - Plataforma de Contrapartes

Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental:** seu uso numa pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. A Tecnologia. In PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher!** Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Geras – UFMG, 2011.

QUIRINO, Raquel. **Divisão Sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista.** Disponível em: <<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/2532/1622>>. Acesso em: 24 setembro 2015.

QUARESMA, Adilene Gonçalves. **A relação trabalho-educação e o projeto político-pedagógico do MST:** uma prática em construção em escolas de assentamento em Minas Gerais. Tese de Doutorado Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Geras – UFMG, 2011.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento Camponês, trabalho e educação:** liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins de formação humana. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do Campo:** embate entre Movimento Camponês e Estado. Educação em Revista. vol.28 no.1 Belo Horizonte Mar. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000100020>> Acesso em: 24 setembro 2015.

ROCHA, Helianame. **Da Educação Rural à Educação do Campo:** As “velhas”lutas políticas como espaço de emergência de novos conceitos. GT7-Ruralidade e Meio Ambiente. I Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR. Ano 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/velhas-lutas-politicas-HeliananeRocha.pdf>>. Acesso em: 20 setembro 2015.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da. **Trabalho e Gênero:** mudanças, permanências e desafios/Maria Isabel Baltar da Rocha (org)- Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR (UFMG) São Paulo: ED. 34, 2000 – 347-366.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: Fundamentos Históricos e Ontológicos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/Bibliografia/SAVIANI_Dermeval__Trabalho_e_educacao.pdf>. Acesso em: 24 junho. 2015.

SCHWENDLER, S.F. **A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento**. University of Nottingham: Inglaterra, 2002. Disponível em: <<http://www.landless-voices.org>>.. Acesso em: 27 maio 2015.

TRIVIÑUS, A.S. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 121-142, maio/agosto de 2006.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Sundermann, 2008, 2 Edição.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, Édson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. P.36-46.

APÊNDICE 1 – MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Projeto de Pesquisa: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E AS CONTRIBUIÇÕES DA MARCHA DAS MARGARIDAS PARA AS MULHERES DA CIDADE DE PORTEIRINHA-MG.

Você está sendo convidada a participar como voluntária de uma pesquisa acadêmica que tem como objetivo verificar como a Marcha das Margaridas contribui para a formação profissional e construção da visão de mundo e da prática social das mulheres lavradoras e produtoras rurais da Cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.

A sua participação consistirá em responder a questões relativas ao seu cotidiano, seu trabalho no campo, em casa e no movimento, sua participação na Marcha e outros temas que possibilitem conhecer seu cotidiano antes e depois de sua participação nesse movimento social rural de base feminista.

Os locais e horários das conversas serão combinados com você, respeitando a sua disponibilidade e preferência. Você não terá nenhum custo com a pesquisa.

Esclarecemos que o uso do material coletado será destinado única e exclusivamente para a realização desta pesquisa e que a sua identidade será omitida por meio do uso de nome fictício, exceto se você autorizar figurar o seu nome verdadeiro. Você poderá se recusar a qualquer momento a participar do levantamento dessas informações, não havendo nenhum prejuízo pessoal, caso sua decisão seja a de não participar da pesquisa.

Os riscos decorrentes da participação na pesquisa são mínimos, restringindo-se a um possível cansaço ao longo das conversas. Nesse caso a conversa poderá ser interrompida e remarcada para outra dada, de acordo com a sua preferência.

Informamos ainda que os benefícios em participar dessa pesquisa é muito abrangente, visto que os resultados poderão contribuir para dar visibilidade ao trabalho das mulheres no meio rural, além de propiciar um maior conhecimento sobre a Marcha das Margaridas pelo público acadêmico, além de evidenciar os desafios e problemas ainda enfrentados pela mulher no campo e os direitos pelos quais elas lutam.

Em caso de dúvidas, a pesquisadora responsável coloca-se à disposição pelos contatos: Soraia de Mello Guimarães, Telefone: (31) 3319-6806. Dúvidas referentes às questões éticas poderão ser esclarecidas diretamente com o Comitê de Ética e Pesquisa (COEP) da Diretoria de Pós-Graduação (DPPG) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), pelo telefone: (31) 3319-7022 ou pelo endereço Av. Amazonas, nº 5.652, Prédio Administrativo, 3º andar, Campus I, Bairro Nova Suíça, Belo Horizonte - MG.

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, Carteira de Identidade nº _____, informo que e entendi as informações prestadas neste termo de consentimento e que concordo em participar da pesquisa ora apresentada, como respondente da entrevista a ser realizada pelos pesquisadores responsáveis.

_____, _____ de _____ de _____

(Assinatura)

APÊNDICE 2- TEMAS ABORDADOS DURANTE A PESQUISA DE OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.

Sabendo-se que o objeto de pesquisa a ser desvelado são as possíveis contribuições do Movimento Social Marcha das Margaridas na divisão sexual do trabalho no meio rural, na constituição da visão de mundo e na prática social das mulheres do campo, do município de Porteirinha- Minas Gerais.

Desse modo, a partir do objeto determinado algumas questões de pesquisa foram levantadas, no intuito de melhor aprendê-lo, e evidenciar como se dá a divisão sexual do trabalho no meio rural no ambiente pesquisado.

Outro ponto importante, em que medida, a evolução tecnológica de artefatos, maquinários, ferramentas e processos de trabalho afetaram a divisão sexual do trabalho rural. Paralelamente, evidenciar como as mulheres do campo articulam o trabalho doméstico e o trabalho na lavoura.

Nesse sentido, evidenciar as mudanças que a Marcha das Margaridas propicia na formação profissional dessas mulheres no campo.

Outra relevância, é identificar e analisar as mudanças evidenciadas na prática social dessas mulheres a partir da participação na Marcha das Margaridas e suas contribuições da sua visão mundo.

Nesse sentido, durante a pesquisa de observação participante foram efetuadas conversas informais, as quais tinham o objetivo de deixar os sujeitos entrevistados muito à vontade. Abaixo listo os temas abordados durante as conversas informais:

- 1) Quanto tempo você participa da Marcha das Margaridas?
- 2) Você gosta de Participar da Marcha?
- 3) Quantas vezes você marchou?
- 4) Você é casada?
- 5) Possui filhos?
- 6) Você possui titulação de terra e/ou você tem alguma propriedade no seu nome?
- 7) Quando você saiu pra marchar, o que seu marido achou disso?
- 8) O que você produz na sua propriedade?
- 9) Você possui algum maquinário pra te ajudar na lida no campo?
- 10) O que o coletivo do Norte de Minas Gerais te ofereceu para melhorar seu trabalho no campo? Você fez algum curso?
- 11) Como você se vê depois de ter participado da Marcha das Margaridas?

- 12) O que mudou na sua vida depois dessas participações?
- 13) Qual é o sentimento quando você sai pra Marchar e deixa pra trás o seu lar?
- 14) Como são divididas as tarefas de trabalho no campo entre você e seu marido?
- 15) Seu marido te ajuda nos serviços domésticos?
- 16) Você descansa no horário do almoço?

Durante as transcrições foram norteadas e analisadas pelas categorias de análise, e os objetivos propostos. À medida que o objeto foi desvelado na pesquisa teórica e empírica.

A priori destaca-se as categorias de análise:

- a) A divisão sexual do trabalho e desenvolvimento tecnológico no meio rural.
- b) Educação e Formação profissional, visão de mundo e prática social das mulheres participantes da Marcha das Margaridas.
- c) A articulação do trabalho doméstico e do trabalho rural pelas mulheres participantes do movimento.

APÊNDICE 3 – LEVANTAMENTO NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES E PERIÓDICOS DO SCIELO

Banco de teses e dissertações da CAPES						
Descritor	Mulheres na area rural - divisao sexual do trabalho no meio rural - trabalhadoras na área rural					
Período:	Inicio da pesquisa: 2015			Termino da pesquisa: 2017		
Fonte:	CAPES					
Mestranda	Soraia de Melo Guimarães					
Titulo	Autor	Tipo	Instituição	Area	Ano	Resumo
ENTRE CAMPO E CASA: A AUTONOMIA DA MULHER E O EXTRATIVISMO DA MANGABA	DALVA MARIA DA MOTA	Dissertação	Universidade do Estado do Pará	agronomia	2011	Analisa-se nesta pesquisa a autonomia da mulher no extrativismo da mangaba em regime de trabalho familiar, através do estudo de suas atividades no cotidiano do trabalho extrativista e do uso dos recursos daí advindos. Para tanto, realizei um estudo de caso no Litoral Norte do Brasil, Microrregião do Salgado Paraense no município de Maracanã, comunidade Espírito Santo. As pesquisas acadêmicas apontam que na agricultura familiar o trabalho da mulher é, muitas vezes, subordinado ao do homem, e entendido como ?ajuda? mesmo quando elas investem igual ou maior dedicação e obtêm os mesmos resultados no trabalho. Diferentemente, as pesquisas sobre o trabalho da mulher no extrativismo sugerem que elas desenvolvem este trabalho com autonomia, principalmente as catadoras de mangaba, as quebradeiras de coco babaçu e as seringueiras. O estudo de caso foi realizado na comunidade com 15 famílias através de observação direta, entrevista estruturada e semi estruturada. Dois aspectos foram analisados: i) A organização do trabalho produtivo e doméstico da mulher e ii) O acesso e usufruto da renda gerada pelo seu trabalho. As principais conclusões mostraram que em relação ao trabalho, os diferentes arranjos familiares sempre estão associados à manutenção do funcionamento da estrutura doméstica. Sobre os recursos gerados, a safra da mangaba é o único período do ano em que as mulheres extrativistas conseguem reservar uma pequena ?poupança? que é usada regradamente no decorrer do ano, para possíveis eventualidades como doença na família e aquisição de bens de consumo. Além disso, usam o recurso na compra de insumo para a criação de animais. Nesse sentido, o extrativismo da mangaba que é uma atividade sazonal subsidia a existência de atividades contínuas. Em se tratando da autonomia, 66% das mulheres que praticam o extrativismo da mangaba, afirmam ter autonomia tanto no trabalho como no uso da renda. Em 33% dos casos, elas se dizem subordinadas ao homem.

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E GÊNERO NO TURISMO RURAL	RAQUEL LUNARDI	Tese	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE	SOCIOLOGIA, MULTIDISCIPLINAR	2012	O meio rural brasileiro está passando por ressignificações nas últimas décadas, o que tem provocado uma emergência de dinâmicas sócio-espaciais heterogêneas e multifuncionais. Em resposta a este ambiente de mudanças surgem novas formas de uso do espaço rural relacionadas ao consumo de novos produtos e serviços, o que tem permitido que o rural, que era somente produtor de matéria prima, passe a ser um prestador de serviços através de opções de lazer, diversificando suas formas produtivas. Esta diversificação tem alterado o ritmo de vida local e familiar, a estrutura da organização do trabalho familiar, bem como os valores sociais e culturais dos agentes envolvidos. Diante disso, propôs-se a seguinte problemática de investigação: o trabalho no turismo rural tem permitido a ocorrência de mudanças significativas na divisão sexual do trabalho, e isso resulta na desconstrução das formas de dominação/poder no meio rural? Para dar conta desta problemática, buscou-se, como objetivo geral, compreender a organização do trabalho em empreendimentos de turismo rural e seus reflexos sobre as relações de gênero em famílias rurais gaúchas. Objetivou-se, ainda, descrever a trajetória do processo de implantação do turismo rural nas propriedades, identificando a participação de mulheres e homens; identificar a nova divisão sexual do trabalho decorrente do envolvimento em atividades não-agrícolas; verificar os fatores internos (situação econômica e social da família, demografia, tipos de produção, sistema de valores, etc.) e externos (contexto econômico, político e social, instituições, demanda, etc.) que afetam as relações de gênero a partir do trabalho no turismo rural; e descrever as mudanças nas posições sociais ocorridas nas famílias e nos indivíduos (homens e mulheres) com o trabalho no turismo rural. O fio condutor desta tese constituiu-se nas relações de gênero, este que foi relacionado com a divisão sexual do trabalho e com as formas de poder e empoderamento das famílias. De forma geral, a partir das análises teóricas analíticas, pode-se sinalizar para uma reprodução da forma tradicional da divisão sexual do trabalho nas famílias rurais pesquisadas, sobretudo no que diz respeito ao trabalho feminino no momento em que velhas práticas são reafirmadas pelo turismo. Com essa nova atividade houve uma reorganização das tarefas domésticas e produtivas e isso afetou, especialmente, o trabalho feminino. Além disso, o turismo inseriu a mulher no mercado de trabalho e possibilitou novos espaços de socialização. No entanto, essas mudanças ainda estão sob a base do sistema sexo/gênero, onde o que é de homem é de homem e o que é de mulher é de mulher.
---	----------------	------	---	------------------------------	------	--

MULHERES ASSENTADAS: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO	Daniele Torres Aro	Dissertação	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARAQUARA	MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS	2012	As mulheres saíram para trabalhar fora assumindo a jornada dupla, ficando para elas a incumbência dos saberes da casa, os afazeres domésticos e de cuidar dos filhos sozinhas. O estudo investiga a divisão sexualdo trabalho no interior das famílias, as funções atribuídas às mulheres em seu trabalho na casa, quintais, nos lotes, ressaltando-se que as estatísticas subestimam a participação das mulheres, as tornam invisíveis. Otrabalho teve como objetivo acompanhar e analisar a divisão sexual do trabalho nos assentamentos rurais, dando ênfase aos lugares ocupados por mulheres no autoconsumo, nas atividades de agroindustrialização familiar, ressaltando a importância da mulher assentada na segurança alimentar. A metodologia utilizada foi o diário de campo e questionários quali-quantitativos do projeto INCRA/UNIARA. A pesquisa constatou que as mulheres cuidam da reprodução da família e participam das atividades agrícolas de pequeno porte, geralmente associadas ao abastecimento alimentar. Atividades secundárias a elas são do tipo mão-de-obra reserva para atividades que demandam mais trabalho na roça, como nas colheitas e plantios. Desse ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social “convencional”, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica.
MARCHA DAS MARGARIDAS : IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO DISCURSO DO CORREIO BRAZILIENSE	MILETTO, ANGELICA CORDOVA MACHADO	Dissertação	Universidade Católica de Brasília	COMUNICAÇÃO	2011	Esta dissertação busca compreender a Marcha das Margaridas como acontecimento noticioso. Para isso, sustentadas pelas reflexões da corrente teórica do Newsmaking, observamos os valores-notícia que compuseram a noticiabilidade dessa manifestação feminista para que esta fosse pautada pelo Correio Braziliense entre os anos 2000 e 2007. Para analisar o corpus de 13 ocorrências noticiosas publicadas pelo jornal, selecionamos como estratégia teóricometodológica a Análise do Discurso da Vertente Francesa, observando as representações sócias presentes no imaginário acerca das mulheres do campo. Tomando o discurso como palavra em movimento que manifesta sentidos na linguagem, observamos as seguintes representações sociais acerca das mulheres e da população rural: da mulher cumpridora de seu papel no espaço doméstico, como mãe e esposa; da mulher como sujeito incompleto que sempre precisa de um referente masculino para plenitude; da mulher-problema. A cobertura do jornal em questão mostrou-se superficial e insuficiente para contemplar a complexidade da Marcha das Margaridas.

Política de crédito rural com perspectiva de gênero : um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?	Osorio Hernández, Carmen Brumer, Anita	Tese	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT)	Multidisciplinar desenvolvimento rural	2009	O objetivo desta pesquisa é examinar o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), especificamente na aplicação da linha de crédito Pronaf- Mulher, considerando as relações de gênero numa perspectiva de empoderamento sob a dimensão econômica, social e política. O estudo é de corte qualitativo e sustenta-se na teoria feminista, considerando o gênero como categoria analítica. A unidade de análise centra-se nas mulheres rurais em relação a seu acesso a este Programa, durante o período de 2005-2006, bem como as mudanças ocorridas e a relação estabelecida com os agentes de mediação vinculados com o crédito. Portanto, a partir de entrevistas semi-estruturadas e observação participante, recuperam-se as experiências de 25 mulheres agricultoras e 16 agentes de mediação (líderanças, técnicos e funcionários) representantes de diversas instituições, entrevistados no ano 2007. O contexto empírico da pesquisa localiza-se no município de Rodeio Bonito, na Região Alto Uruguai, Estado de Rio Grande do Sul. Com base no software NVivo e na técnica de análise de conteúdo, os resultados são sistematizados e analisados em três blocos: 1) Aspectos normativos do Pronaf-Mulher, destacando o processo de gestão, de aplicação e as perspectivas de pagamento do crédito; 2) O papel dos agentes de mediação e a participação das mulheres como condições de empoderamento; e 3) A inserção das mulheres na agricultura familiar. Os resultados mostram que existem potencialidades e limites na efetivação do Pronaf-Mulher. A partir da atuação dos diversos agentes de mediação em relação ao crédito, é possível identificar um distanciamento do impacto do Programa para a transformação social e mudanças nas relações de gênero. Embora existam diferentes espaços para as mulheres participarem, há diversos fatores que condicionam a efetividade de sua participação, o que repercute no seu processo de empoderamento sob a dimensão social e política. De acordo com a inserção das mulheres na agricultura familiar, especificamente nas atividades produtivas para as quais destinam o crédito, identificam-se algumas mudanças na reconfiguração da divisão sexual do trabalho e no processo de produção. Porém, o gerenciamento das atividades e a utilização dos recursos são realizados sob uma lógica familiar, permitindo questionar o empoderamento sob a dimensão econômica. Conclui-se, que embora o Pronaf-Mulher signifique uma "conquista" para as mulheres (por serem reconhecidas pelo Estado) e uma estratégia para complementar a economia familiar, as próprias características e a forma de operacionalização do Programa não tem contribuído para a melhoria na posição das mulheres na hierarquia familiar; questionando assim seu empoderamento e possíveis mudanças nas relações de gênero.
---	--	------	--	--	------	---

Jovens rurais que permanecem no campo : a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos	Vera Terezinha Carvalho da Silva	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.	Sociologia	2015	A agricultura familiar passa por momentos de tensão e instabilidade devido à migração dos jovens para os grandes centros urbanos, o que ameaça a continuidade das unidades produtivas familiares no Rio Grande do Sul. Tal migração, mais do que um movimento demográfico geral de urbanização das sociedades industrializadas contemporâneas, representa um problema social que provoca, não apenas o esvaziamento demográfico do meio rural, mas também um desmantelamento e abandono dos equipamentos sociais ainda existentes no meio rural, tais como: igrejas, escolas, postos de saúde, salões comunitários, dentre outros. Diante deste cenário, existe atualmente em torno de 25% das propriedades rurais no Rio Grande do Sul que não terão um sucessor. Para contribuir com o conhecimento das questões atinentes à sucessão na agricultura familiar, esta Dissertação de Mestrado investiga os fatores relacionados com a sucessão e permanência nas unidades produtivas familiares, na contramão da maioria que opta por sair do meio rural. O caminho metodológico escolhido foi a pesquisa qualitativa por meio da realização de onze entrevistas narrativas com jovens rurais de dois municípios gaúchos, selecionados a partir dos seguintes critérios: idade entre 15 a 29 anos; com interesse em dar continuidade ao estabelecimento rural; existência de planejamento familiar da sucessão; presença de jovens mulheres em pelo menos duas famílias; e que os jovens pesquisados refletissem as características de três formas de sucessão previamente elaboradas. Também foram incorporadas as percepções de dois pais dos jovens, que estavam presentes nas entrevistas. Da análise do material empírico foi possível constatar a inexistência de um planejamento explícito da sucessão nas unidades produtivas familiares. Entre os principais fatores que despertam o desejo dos jovens do sexo masculino em permanecerem nas unidades produtivas familiares encontramos: a proximidade das UPFs com os centros urbanos, o que garante o acesso a serviços públicos e espaços de lazer, permitindo que desenvolvam atividades em um dos dois universos e residam em outro; certa autonomia financeira possibilitada pelo fato de todas as unidades produtivas familiares pesquisadas contarem com a alternância da renda mensal com a anual, o que contribui com a sustentabilidade do grupo familiar; bem como as questões afetivas, como o desejo de estar próximo da família e da comunidade. Quanto às jovens, percebemos que as relações de gênero continuam fortemente marcadas pela desigualdade de participação nas atividades e decisões na unidade produtiva familiar, mas este fator parece ser uma questão naturalizada pelos grupos familiares.
---	----------------------------------	-------------	--	------------	------	---

Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul	Silva, Carolina Braz de Castilho e	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia.	Sociologia	2009	Esta dissertação aborda as consequências da pluriatividade para as relações de gênero em famílias de agricultores de dois municípios do Rio Grande do Sul, a saber, Veranópolis, localizado na região serrana e Salvador das Missões, situado na região missioneira. Apesar dos estudos de gênero abarcarem as mais diversas áreas de conhecimento, poucos são relativos ao meio rural, e mais raros os estudos que buscaram perceber a pluriatividade como fator de mudança para os papéis sociais de homens e mulheres no meio rural. O estudo apresenta dados quantitativos (disponibilizados pela pesquisa AFDLP, realizada em 2003) e qualitativos (obtidos entre 2008 e 2009), baseando-se principalmente nas contribuições de Bourdieu e na sua definição de dominação masculina (forma específica de violência simbólica) e nos papéis sociais de gênero. As análises e observações em campo indicaram que os papéis sociais feminino e masculino tendem a se manter no meio rural, embora as mulheres estejam, aos poucos, transformando suas práticas.
--	------------------------------------	-------------	--	------------	------	--

Mulheres na agricultura familiar do semiárido norte-mineiro : divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba	Neta Barbosa, Ana Alves	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.	Multidisciplinar desenvolvimento rural	2013	Este estudo aborda a situação de vida e trabalho das mulheres na agricultura familiar no semiárido norte-mineiro, com foco na divisão social do trabalho e gênero no Projeto Jaíba. Nesse contexto elegeu-se a Etapa I, na área A: NS1 e NS2 como locus desta tese desenvolvendo os seguintes objetivos: analisar dinâmicas de vida e de trabalho feminino e gênero na agricultura familiar no Projeto Jaíba; caracterizar e analisar a sociodemografia e o trabalho das mulheres do Perímetro do Projeto Jaíba; analisar trabalho e renda das mulheres na agricultura familiar do PJ, considerando os fatores de inclusão/exclusão vinculados ao gênero; analisar dinâmicas de gênero, divisão social e sexual do trabalho na família, na atividade agrícola e a situação de vida e trabalho das mulheres do PJ e, por fim; discutir políticas públicas e gênero na agricultura familiar do PJ, na perspectiva do empoderamento feminino e do desenvolvimento rural. O estudo, de cunho qualitativo, contou com a participação de mulheres agricultoras, agentes de mediação, membros da família e presidentes de associações. Foram totalizadas entrevistas com vinte e duas (22) mulheres da Área A, seis (6) agentes de mediação e seis (6) membros da família, tendo como eixo norteador um roteiro semiestruturado. Realizou-se uma discussão de grupo com outras dezesseis (16) mulheres membros da associação AMA. Além disso, complementaram-se os dados com informações documentais do Projeto, com a observação e o diário de campo. Os resultados evidenciaram que, no valor social atribuído ao trabalho das mulheres do PJ, reproduzem-se as desigualdades de gênero, inviabilizando uma melhor distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família e reforçando o paradigma da “naturalização” da divisão sexual do trabalho. A divisão social do trabalho se institui no centro da representação social, simbólica e cultural, condizente com a atuação esperada das mulheres e dos homens. Por um lado, ressalta-se que o espaço rural no Jaíba, de alguma forma e mesmo que ainda fragilmente, desestabiliza algumas barreiras e aos poucos ressignifica posturas e atitudes quando se consideram as relações assimétricas de gênero na agricultura familiar. A busca de poder no processo produtivo e público e o despertar para a cidadania das mulheres despontam como fatores que podem provocar transformações nas relações de gênero. No entanto, a percepção de aspectos favorecedores de exclusão social e de gênero no PJ é mais acentuada, como a limitada participação social das mulheres em espaços públicos e o reconhecimento do seu papel com equidade além das dificuldades referentes aos mecanismos para a operacionalização do crédito rural e, especificamente, o Pronaf-Mulher. Tais reflexões conduzem a percepção de que os entraves relativos à obtenção do crédito rural passam pelo acesso e acessibilidade aos meios, sustentados em pedagogias capazes de produzirem efeitos de saber-poder para as mulheres. Enfim, a situação de vida e trabalho das mulheres passa ainda por restritas mudanças nas dinâmicas de gênero, sociofamiliares e no contexto amplo do PJ.
--	-------------------------	------	--	--	------	--

As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar	Siqueira, Luisa Helena Schwantz de	Dissertação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.	Multidisciplinar desenvolvimento rural	2004	Este trabalho examina a possibilidade de existência de uma crise social na agricultura familiar, na medida em que os filhos dos agricultores não podem ou não querem exercer a mesma profissão de seus pais. Procura-se identificar as características sociais e econômicas que influenciam as aspirações educacionais e ocupacionais dos jovens, assim como suas opções de local de moradia (rural ou urbana). A pesquisa foi desenvolvida no município de Santo Cristo, localizado na região Fronteira Oeste, e no município de Candelária, localizado na região Vale do Rio Pardo, ambos no Estado do Rio Grande do Sul. Foram aplicados questionários padronizados e realizadas entrevistas com jovens rurais, alunos de escolas estaduais do ensino médio, na faixa etária de 14 a 25 anos. Levando-se em consideração que muitos jovens decidiram cursar o ensino médio na cidade após terem optado por uma escolha profissional não-agrícola, a frequência a este tipo de escola tende a reforçar ou incentivar esta opção. Observam-se diferenças entre os jovens, pois as moças mostram maior inclinação a deixar a agricultura e o meio rural do que os rapazes. Embora as regiões pesquisadas tenham perfil socioeconômico diferente, o comportamento dos jovens em relação à atividade agrícola é praticamente o mesmo, pois, nas duas regiões, em sua maioria, eles formulam críticas semelhantes ao trabalho agrícola e descartam a possibilidade de suceder os pais como produtores rurais, pois recusam seu estilo de vida.
---	------------------------------------	-------------	--	--	------	---

A dinâmica sucessória na agricultura familiar	Spanevello, Rosani Marisa	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.	Multidisciplinar desenvolvimento rural	2008	A reprodução social da agricultura familiar é permeada por distintos fatores que afetam a perspectiva de continuidade dos estabelecimentos ao longo das gerações. Estes fatores geralmente podem ser associados às alterações provocadas pela modernização da agricultura, crescente proximidade entre o rural e urbano e a dinâmica interna do grupo familiar. Os efeitos desses fatores demarcam a diferenciação socioeconômica dos agricultores, a individualização do trabalho e a sobreposição dos valores individuais sobre os valores coletivos familiares, visando à reprodução do indivíduo no lugar do grupo familiar. Como resultado, tem sido crescente as migrações rurais, especialmente a jovem, devido à falta de perspectiva dos filhos em seguir na ocupação agrícola. Avançando sobre a questão sucessória, essas mudanças podem tanto impactar de forma positiva, quando os pais conseguem ter um sucessor, ou de forma negativa, quando os pais não têm entre os filhos alguém disposto a suceder. Desse modo, enquanto nas gerações anteriores praticamente todos os filhos desejam permanecer no estabelecimento paterno como sucessor, hoje a questão sucessória dá lugar a outra dimensão: assegurar a permanência de pelo menos um filho para ser o sucessor. A dinâmica sucessória atual da agricultura familiar vem ganhando destaque devido a duas questões principais. A primeira está relacionada ao fato da maioria dos estabelecimentos permitirem a instalação de apenas um filho para evitar a inviabilidade econômica do mesmo. A segunda enfoca que as possibilidades de permanência dos filhos na atividade agrícola variam de acordo com as condições econômicas e sociais oferecidas pelos agricultores. Conforme essas condições, os agricultores podem ou não contar com seus filhos para suceder o estabelecimento. Com base nessas perspectivas e dimensionamentos mais gerais, esta tese teve como objetivo analisar o processo social da sucessão entre os agricultores familiares localizados nos municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca, ambos localizados na Quarta Colônia de Imigração Italiana, Rio Grande do Sul. Verifica-se sob que condições produtivas, econômicas (rendas e investimentos) e sociais (percepção sobre a ocupação agrícola e estímulo aos filhos seguirem na atividade) os agricultores asseguram ou podem assegurar a sucessão ou a não sucessão dos seus estabelecimentos, bem como a transmissão do patrimônio em casos de sucessão e de não sucessão. Através da análise de dois grupos de agricultores - sem sucessão e com sucessão - observam-se as condições produtivas, econômicas e sociais distintas para cada um dos grupos analisados, cabendo ao grupo dos com sucessores as melhores condições produtivas, econômicas e também o estímulo aos filhos continuarem na agricultura. Quanto aos arranjos relativos à transmissão do patrimônio, os agricultores com sucessão demarcam a transmissão do patrimônio como um processo tardio e asseguram o estabelecimento para os filhos, majoritariamente um só filho homem, com arranjos variados de compensação dos demais. Os agricultores sem sucessores apresentam como arranjos a venda ou passagem do estabelecimento para os filhos, numa tentativa de assegurar a assistência aos pais na velhice.
---	---------------------------	------	--	--	------	---

Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre / RS	Troian, Alessandra	Tese	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.	Multidisciplinar desenvolvimento rural	2014	Embora a juventude possua papel fundamental no processo de desenvolvimento rural, sua posição é subalterna, deixando de receber o devido reconhecimento. Neste sentido, estudar as percepções e os projetos dos jovens, filhos de produtores rurais, é pertinente, em especial aqueles inseridos no cultivo de tabaco, uma vez que esta produção agrícola está presente em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul e em muitos destes, com significativa relevância econômica. Neste sentido, o presente estudo busca responder a seguinte questão: Como os jovens percebem o cultivo de tabaco e de que forma eles tem projetado suas vidas no meio rural? O recorte empírico limita-se ao município de Arroio do Tigre, no Vale do Rio Pardo, estado do Rio Grande do Sul, em função da importância que o cultivo de tabaco representa para economia local. O objetivo principal do estudo é investigar as percepções dos jovens acerca do cultivo de tabaco, buscando analisar a relação desta atividade com os seus projetos de vida no meio rural, e os objetivos específicos são: a) identificar quem são os atores, na arena de Arroio do Tigre, que participam do debate em relação à juventude rural, produção de tabaco e à diversificação produtiva; b) caracterizar os jovens, a partir do perfil social e econômico; c) analisar as percepções dos jovens acerca do cultivo de tabaco; d) desvelar os principais projetos dos jovens e verificar a influência das relações sociais locais na sua constituição; e, e) identificar as principais políticas públicas dirigidas aos jovens e averiguar a contribuição delas às percepções e projetos. Tendo em vista a heterogeneidade do meio rural e a capacidade de agência dos jovens, o aporte teórico-analítico utilizado no estudo foi à perspectiva orientada ao ator (POA), que surgiu na década de 1970, criticando as perspectivas estruturalistas e a falta de reconhecimento do papel dos atores sociais. A pesquisa utilizou metodologia qualitativa, a partir de algumas técnicas etnográficas. As técnicas escolhidas para a coleta e obtenção de dados foram: estudo documental, bibliográfico e coleta de dados primários e secundários. Realizou-se uma dinâmica grupal com 14 jovens rurais e 18 entrevistas com jovens, filhos de produtores de tabaco que estão projetando as suas vidas no meio rural. Também se realizou 14 entrevistas e conversas informais com agentes de desenvolvimento e líderes locais. Fez-se ainda o uso da observação participantes sendo as informações anotadas num caderno de campo. Como principais resultados visualizaram-se que as problemáticas do universo jovens são pouco discutidas na arena local, o cultivo de tabaco não é predominante nos projetos de vida dos jovens e percebe-se a falta de ações e políticas específicas para os jovens rurais seja na esfera municipal, estadual e federal.
---	--------------------	------	--	--	------	---